



Educação Sexual para crianças e adolescentes: guia para formação de professoras/es



Laura Cunha Hanitzsch
Mariana Favorido Sant'Ana
Marina Renoldi dos Santos
Camilla Schultz
Ana Cláudia Bortolozzi

**EDUCAÇÃO SEXUAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM
GUIA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES**

Laura Cunha Hanitzsch
Mariana Favorido Sant'Ana
Marina Renoldi dos Santos
Camilla Schultz
Ana Cláudia Bortolozzi

Gradus Editora
Bauru, 2024

**Educação Sexual para Crianças e Adolescentes: um
guia para a formação de professoras/es**

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu (s) respectivo (s) autor (es).

Laura Cunha Hanitzsch; Mariana Favorido Sant'Ana; Marina Renoldi dos Santos; Camilla Schultz; Ana Cláudia Bortolozzi

Educação Sexual para Crianças e Adolescentes: um guia para a formação de professoras/es.
São Paulo: Gradus Editora, 2024, 93 p.

ISBN: 978-65-81033-58-3

1. Educação Sexual 2. Formação de professores 3. Sexualidade 4. Escola

Capa - Ilustração e diagramação: Vinicius Rubén Torres

Revisão ortográfica: Mônica Favorido Sant'Ana

Diagramação: Os autores

Editores: Lucas Almeida Dias – Gradus Editora

Comitê Editorial Gradus Editora.

Gradus Editora

Agradecimentos

Ao Grupo de Estágio em “Processos de Intervenção em Educação: Educação Sexual”, do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências da UNESP, Bauru e ao GEPESEC (Grupo de Estudos e Pesquisa em Sexualidade, Educação e Cultura), pelos espaços de aprendizados teóricos.

À coordenadora do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências da UNESP, Bauru, Prof^a. Dra. Rosa Maria Manzoni, pela receptividade e parceria nas ações de intervenção.

Aos participantes dos encontros da formação que resultou neste livro, pela abertura, oportunidade de troca de conhecimentos e, por agora, serem os multiplicadores das temáticas em sexualidade nas suas profissões e vidas.

Por fim, a todo corpo docente do curso de Psicologia da UNESP Bauru, por oferecer uma formação com possibilidades de construção de uma Psicologia engajada, diversa e humana.

Sumário

Prefácio	09
Capítulo 1: Introdução à Educação Sexual	11
Capítulo 2: Sociedade e Educação Sexual	16
Capítulo 3: Sexualidade na Infância	28
Capítulo 4: Sexualidade na Adolescência	35
Capítulo 5: Luta por Direitos	47
Capítulo 6: Diversidade da Sexualidade	61
Capítulo 7: Casos de Ensino	75
Capítulo 8: Sociedade e Mídia	80
Capítulo 9: Retomada, Procedimentos Metodológicos e Avaliações	89
Sobre as autoras	92

PREFÁCIO

Esse livro, mais que o resultado da exímia formação em educação sexual de crianças e de adolescentes para professores (as), é um convite a repensar os modelos e ensinamentos que são repassados de geração a geração em relação à temática da sexualidade. Partimos aqui de duas afirmações e características que certamente todos(as) temos em comum: fomos crianças e adolescentes, e fomos ensinados (as), ainda que com pouca qualidade e de forma silenciosa, sobre a sexualidade.

É, também, a conclusão extraída do movimento das autoras de olharem para os próprios processos de educação sexual e se entenderem enquanto mulheres dentro da nossa sociedade machista, misógina, racista e lgbtqiapn+fóbica. Tarefa árdua para quem está inserida (o) em uma realidade que, por vezes, não entende que conversar sobre sexo diz muito pouco sobre a qualidade desse diálogo. Se a autoanálise é dificultosa, imagina pensar a sexualidade dentro do contexto escolar!?

Ainda que exista um grande tabu em propor intervenções sobre sexualidade dentro da escola, sabemos que há um terreno fértil para reconhecer todas as camadas que envolvem, de fato, o conceito. É nesse espaço de desenvolvimento que as identidades são formadas e acontecem as primeiras manifestações de afetividade, de expressão de sentimentos, a estruturação de relacionamentos, a exposição de situações de violências vivenciadas dentro ou fora da escola e, em alguns casos, as primeiras trocas sexuais. Desta forma, é evidente a necessidade de transformar o imaginário social dos (as) educadores (as) sobre a sexualidade e a educação sexual e qualificá-los(as) para intervir, a fim de promover conhecimento de qualidade para um desenvolvimento sexual saudável de crianças e adolescentes.

Para estruturar uma educação sexual de qualidade, é preciso investigar, escutar e compreender as relações e realidades que são características do espaço escolar e, ainda, considerar que podemos aprofundar durante a leitura do livro: cada etapa do desenvolvimento humano, cada região do território brasileiro, cada realidade social, econômica, étnica e outras interseccionalidades, têm suas especificidades. As diferenças aparecem nas demandas, no conhecimento, nas vivências e, sobretudo, na realidade que os cercam.

É fácil paralisar diante de tanta complexidade. E a paralisação tem levado escolas a um caminho ainda mais “fácil” e falho que são as propostas de educação sexual repressoras e de silenciamento das demandas sexuais existentes nesse espaço, perspectivas culpabilizadoras e meramente biologicistas. Difícil é pensar que é possível fazer e em “como fazer” uma educação sexual crítica, histórica, contextualizada.

Nesse sentido, esta obra proporciona luz e direcionamento para pensar e intervir com crianças e adolescentes. Garante recortes necessários e proporciona criar um modelo de educação sexual baseada em escuta, em autoconhecimento e problematização de padrões que são repassados e ensinados (in)conscientemente, para assim, finalmente, fornecer às próximas gerações, uma forma de expressão da sexualidade que faça sentido, seja prazerosa e autêntica.

Desejar e realizar é o caminho.

Com amor,

Mirela.¹

¹Mirela Bosco. Psicóloga Educacional e Educadora. Mestre em Psicologia do Desenvolvimento Humano e Aprendizagem pela UNESP, Bauru. Especialista em Saúde Mental e Cognição pela UFSCAR, São Carlos.

Capítulo 1

Introdução à Educação Sexual

Caracterizada enquanto dimensão intrínseca do ser humano, a sexualidade é composta por elementos biológicos, psicológicos, culturais e históricos (MAIA; RIBEIRO, 2011). Esses aspectos são construídos coletivamente, a partir da socialização do sujeito ao longo de seu desenvolvimento, e dão sustentação às atitudes e aos valores, não apenas sobre sua própria sexualidade, como também sobre a do outro.

A sexualidade faz parte, portanto, de vivências compartilhadas e mediadas pela cultura, sociedade e tempo histórico, o que se demonstra nas representações e ideais transmitidas comunitariamente. Também é caracterizada por sua complexidade e amplitude, justamente por estar presente em todas as fases da vida, exprimir-se das mais diversas formas além de envolver múltiplos aspectos, como corpo, desejo, valores, crenças, práticas, afetos, representações, etc. Em caráter singular, a sexualidade é experienciada pelo indivíduo em sua particularidade, autonomia, pensamentos, desejos, vivências e história de vida (MAIA, 2010).

A escola, enquanto ambiente educacional e de relações interpessoais, ecoa, em seu interior, as concepções e as vivências complexas e plurais da sexualidade ocorridas no âmbito externo a ela (LOURO, 1998; BORTOLOZZI; PASTANA; CARVALHO, 2020). Nesse sentido, toda instituição precisa de profissionais capacitados a acompanhar as expressões da sexualidade, a fim de orientar, ensinar, informar, discutir, refletir e questionar as concepções e os tabus que se manifestam. Essa prática é possível a partir da inserção da educação sexual formal em ambiente escolar.

A educação sexual pode ocorrer de duas maneiras: *informalmente*, ou seja, no cotidiano, de maneira não intencional, através de vivências na sociedade, relações interpessoais, educação familiar, informações encontradas online ou repassadas por meios midiáticos, como nas novelas, filmes e propagandas; ou *formalmente*, quando existe uma intencionalidade na transmissão de conhecimentos apoiada em informações científicas, através de debates e dinâmicas (MAIA, 2010; MAIA; RIBEIRO, 2011; BORTOLOZZI; PASTANA; CARVALHO, 2020). É evidente que a educação sexual já acontece informalmente nas relações, mas essa costuma ocorrer a partir de concepções do senso comum, sob uma perspectiva negativa sobre a sexualidade, disseminando tabus e preconceitos, oprimindo a diversidade e trazendo informações falsas. Portanto, a necessidade urgente desta ser

implementada formalmente na escola - para que pedagogas(os) e professoras(es) possam colaborar na formação e no acompanhamento do desenvolvimento de crianças e adolescentes, com o intuito de que compreendam os referenciais culturais, históricos e éticos, que embasam sua visão e prática em sexualidade. (MAIA; RIBEIRO, 2011).

Compreende-se que é papel da escola a formação integral dos(as) estudantes, de sua autonomia e cidadania, o que envolve trabalhar a educação sexual de maneira formal. Tal engajamento deve tratar do assunto a partir de uma perspectiva emancipatória e positiva da sexualidade, ou seja, pensando-a como um todo, refletindo sobre os prazeres e afetos envolvidos nas vivências sexuais, promovendo um olhar amplo sobre a temática e sobre os fatores sociais, históricos e culturais que a perpassam (BORTOLOZZI, PASTANA, CARVALHO, 2020; OLIVEIRA; MENDES, 2020; GAGLIOTTO; LEMBECK, 2011).

Além disso, é importante que o trabalho em Educação Sexual também se fundamente em uma perspectiva de educação para a diversidade. Nesse sentido, a intenção é trazer à tona a realidade humana e social em que se vive extremamente plural em suas formas de sexualidade e gênero, nos diversos formatos de corpos, racializações e classes sociais. Deve-se buscar desenvolver atitudes de respeito e reconhecimento das diversidades dos sujeitos na coletividade, deixando de enxergar as diferenças como doenças, déficits, problemas a serem resolvidos ou enfrentados (PAGLIUSO, 2016).

Em suma, a Educação Sexual deve ter papel de quebrar tabus e preconceitos, promover o respeito à diversidade e transmitir conteúdos apoiados na literatura científica, sem atravessamentos de crenças, juízos morais, valores pessoais ou religiosos (MAIA; RIBEIRO, 2011). Dessa forma, é possibilitado o desenvolvimento de um sujeito cidadão, de sua particularidade dentro da sociedade diversa em que vivemos e de sua autonomia frente à própria sexualidade (GAGLIOTTO; LEMBECK, 2011; MAIA; RIBEIRO, 2011).

Por meio da educação sexual de caráter formal e emancipatório, dentro das escolas, se impulsiona o desenvolvimento da saúde sexual, reprodutiva e familiar plena em suas vivências e direitos, o que se mostra de extrema importância para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes (UNESCO, 2010). Tal relevância torna explícita a necessidade de formação de professores na área, para que estes(as) educadores(as) estejam preparados, cientificamente embasados e livres de tabus para trabalharem temáticas em sexualidade com crianças, adolescentes, familiares, funcionários(as) e outras(os) professoras(es).

Assim, para que a educação sexual formal e emancipatória cumpra sua função, a própria instituição e sua equipe desempenham um papel fundamental, uma vez que é na escola que a criança e o jovem passam grande parte de seu dia e onde têm contato com outras ideias e

realidades diferentes da sua (MAIA; RIBEIRO, 2011; BORTOLOZZI; CARVALHO; PASTANA, 2020). Disponibilizar informações, gerar debates, oferecer reflexões sobre valores, facilitar o desenvolvimento de habilidades relacionadas à vida sexual e estimular responsabilidade e respeito a si e ao outro faz parte do papel fundamental do profissional educador sexual (UNESCO, 2014).

Para isso, é importante que as(os) professoras(es) abordem os temas relacionados à sexualidade de maneira transversal, sem preconceitos, contribuindo para que os objetivos supracitados sejam desenvolvidos. O que é observado nas escolas, muitas vezes, é a apresentação do tema com o enfoque apenas na reprodução, nas Infecções Sexualmente Transmissíveis - ISTs e em contraceptivos, como apontado por Vieira e Matsukura (2017), em seu estudo realizado nas escolas públicas de uma cidade do interior paulista. Segundo esses autores, a sexualidade não é tratada como tema transversal, por diversas áreas do conhecimento, mas fica a cargo apenas das aulas de biologia.

No estudo citado acima (VIEIRA; MATSKURUA, 2017), evidenciou-se que a maioria das escolas (60%) apresenta um enfoque biológico para a educação sexual, deixando de lado a esfera psicossocial da sexualidade e 40% das escolas não trabalham com levantamento de demandas específicas do local sobre o tema, seguindo somente o conteúdo da forma como o currículo prevê. Além disso, as(os) professoras(es) ressaltaram trabalhar apenas a dimensão biológica e reprodutiva por serem especializados nessa área, sendo que, em 80% das escolas, a educação sexual trabalhada ocorreu apenas nas aulas de ciências e biologia. Isso explicita a importância de uma capacitação de todas(os) as(os) professoras(es) para habilitá-las(os) a tratarem o tema de maneira diferenciada.

Vista como parte importante do desenvolvimento e aprendizagem de crianças e jovens, a sexualidade deve ser temática de formação destes profissionais, o que é imprescindível para que possam adquirir conhecimentos e, assim, conseguirem manejar situações, na escola e em sala de aula, que envolvam temáticas de sexualidade. Assim como, sob posse desses conhecimentos, poder transmiti-los de forma atualizada e sustentada pela vasta literatura de estudos de gênero e sexualidade.

Diante disso, este livro propõe pensar possíveis caminhos, conteúdos e formatos para lidar com o assunto mencionado em cursos de formação de professores em educação sexual, sexualidade e gênero, devendo, desse modo, estar em consonância com a literatura da área e às instituições nacionais e internacionais que a produzem (UNESCO, 2010; 2014), com vistas a contribuir para uma educação sexual emancipatória, positiva e para a diversidade, pautando-se em uma abordagem que evidencie a dimensão biopsicossocial da sexualidade, buscando

acompanhar, na escola, o desenvolvimento da criança e do jovem em sua autonomia e cidadania.

A sequência do livro, os assuntos abordados e a forma de trabalhá-los surgiram de situações empíricas, sendo que a construção dos capítulos também reflete a forma como o curso pode ser constituído, uma vez que se busca a apreensão e a construção de conhecimentos, que ocorrem de maneira progressiva. Portanto, o livro parte de temas mais introdutórios, nos capítulos iniciais, passando aos mais específicos na medida em que se avança a leitura.

Além disso, os conceitos também são encadeados de forma a facilitarem a compreensão dos assuntos, prezando-se por manter uma ponte entre os temas trabalhados, como, por exemplo, abordar a sexualidade inicialmente na infância, depois na adolescência. Apesar dessa relação proposta, há possibilidade da sequência de temas ser estabelecida de acordo com a necessidade e a realidade do local em que o curso será aplicado, não havendo uma interdependência entre eles, apesar de todos se relacionarem.

Sendo assim, deseja-se bom proveito do livro e espera-se que cumpra o propósito almejado, de constituir-se enquanto mais uma produção que esclareça a necessidade de conceber a educação sexual de forma emancipatória, positiva e para a diversidade, tendo por base a literatura científica referente ao assunto e servindo, desse modo, para que quaisquer educadores(as), sejam eles(as) das áreas da educação, saúde ou outras, compreendam o caráter biopsicossocial da sexualidade, o qual, em razão dessa natureza, deve ser promotor de autonomia, cidadania, saúde e respeito.

Referências

BORTOLOZZI, A. C.; PASTANA, M.; CARVALHO, L. R. S. Educação Sexual na vida e nas escolas. In: BORTOLOZZI, A.B. (Org). **Educação Sexual com e para adolescentes: aspectos teóricos e práticos**. Araraquara, SP: Padu Aragon, Editor, p. 11 - 30, 2020.

GAGLIOTTO, G. M.; LEMBECK, T. Sexualidade e adolescência: a educação sexual numa perspectiva emancipatória. **Educere et Educare** – Revista de Educação, v. 6, n. 11, 1º semestre de 2011, Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereteducare/article/view/4802>

LOURO, G. L. Sexualidade: lições da escola. In: Meyer, D. E. E. (org.). **Saúde e sexualidade na escola**. Porto Alegre, Mediação, ed. 2, p. 85 - 96, 1998.

MAIA, A. C. B. Conceito amplo de sexualidade no processo de educação sexual. **Psicopedagogia OnLine**, 2010. Extraído de: <<http://hdl.handle.net/11449/125065>>. Acesso em 17 de março de 2020.

MAIA, A. C.; RIBEIRO, P. R. M. Educação Sexual: Princípios para a ação. **Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, vol. 15, n. 1, p. 75-84, 2011.

OLIVEIRA, P.; MENDES, S. P. Adolescência na Educação Sexual Emancipatória. In: BORTOLOZZI, A.B. (Org). **Educação Sexual com e para adolescentes**: aspectos teóricos e práticos. Araraquara, SP: Padu Aragon, Editor, p. 31 - 40, 2020.

PAGLIUSO, M. P. F. Racismo, Homofobia e Inclusão educacional - Apresentação. In.: **Psicologia e educação**: desafios da inclusão - Cadernos temáticos 19. CRP: SP, 2016, p. 08-09. Disponível em: https://www.crp.org/uploads/impresso/97/aZfCSsMTjMZcsZGQzMm3Z_xZN60zZuTd.pdf

UNESCO. Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde. **Vol I: Razões em favor da educação em sexualidade**. Brasília: 2010. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183281_por> Acesso em: 17 de março de 2020.

UNESCO. **Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem**. Brasília: 2014. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000227762>> Acesso em: 17 de março de 2020.

VIEIRA, P. M.; MATSUKURA, T. S. Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública. **Revista Brasileira de Educação**. vol. 22, n. 69. abril-junho, 2017, p. 453-474. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27553036008>> Acesso em: 12 de março de 2020.

Capítulo 2

Sociedade e Educação Sexual

Segundo Santos (2020), a sexualidade inclui, entre outras tantas questões, a que diz respeito aos papéis de gênero; à identidade de gênero; à orientação sexual; à prática sexual, etc. Engloba, portanto, levando-se em consideração os conceitos citados, respectivamente: os padrões comportamentais desempenhados pelos indivíduos com base em seu sexo biológico; a forma como se identificam; a organização de seu erotismo; o ato sexual propriamente dito. Tal caracterização, ainda que bastante reduzida e simplificada (as definições e discussões acerca dessas nomenclaturas serão detalhadas no capítulo 6 da obra em questão), já evidencia o fato da sexualidade se expressar em crenças, valores, regras, categorias, pensamentos, sentimentos, desejos, fantasias e atitudes, o que, de acordo com a mesma autora, a faz um constructo intersubjetivo.

Para dissertar sobre a intersubjetividade da sexualidade, Santos (2020), apoiada em diversos outros autores, como Toniette (2004), Weeks (2000), Parker (2000), Kessler (2013), Ribeiro (2005) e Bodanese e Martins (2019), destaca que, mesmo entranhada em nós, manifestando-se de modo singular em cada um no dia-a-dia, a sexualidade é construída contextualmente em função do caráter social da humanidade, ou seja, constitui sujeitos pertencentes a cenários histórico-culturais específicos, que interpretam, compreendem, internalizam e reproduzem os símbolos, significados e sentidos referentes à sexualidade de formas distintas e típicas da sociedade, cultura e do período histórico de que fazem parte.

Para argumentar a favor da ideia de que o exercício da sexualidade é, assim como os demais aspectos intrinsecamente humanos, aprendido social, cultural e historicamente, ainda que único de cada indivíduo, a autora analisa três exemplos. O primeiro explicita como as diversas sociedades instituem diferentes normas acerca do tipo de relacionamento afetivo-sexual que consideram aceitáveis, tomando como base a comparação entre duas: a capitalista e a ateniense.

Santos (2020) destaca que, na sociedade capitalista, a monogamia costuma ser pré-requisito como herança da ideia de propriedade privada e de consumo - pilares do capitalismo que, por associarem o amor à posse de uma pessoa pela outra, transformam a relação em um

negócio (“amor-consumo”) e aqueles que a constituem em mercadorias, as quais, por sua vez, são incitadas a desejar única e exclusivamente uma à outra (“mono desejo”).

Tais alicerces acabam por instaurar, segundo a autora, o “mercado do amor romântico” enquanto regra e, conseqüentemente, promovem a discriminação e a deslegitimação de quaisquer outros amores, considerando-os avessos, infiéis, sem caráter e sem moral. Essa supervalorização da monogamia não ocorria, contudo, na sociedade ateniense, uma vez que, pelo fato da atração sexual entre marido e esposa ser tão incomum, não era costume desejar aos casais que se amassem ou que mantivessem relação um com o outro apenas.

O segundo exemplo apresenta a disparidade com que a prostituição é estruturada em duas culturas distintas: na Cidade no México, predominantemente católica, e em Faridpur, Bangladesh, predominantemente islâmica. De acordo com a mesma autora, na primeira, as prostitutas desfilam em um beco, durante o dia todo, enquanto são assistidas por homens que só têm permissão de contatá-las com um olhar ou outro sinal discreto. É a mulher que deve parar em sua frente e firmar o acordo sobre o serviço a ser prestado para, então, ser levada a um quarto de hotel.

Na segunda, todavia, a prostituição ocorre em um bordel sujo e decadente, popularmente conhecido como “Cidade da Alegria”, o qual abriga cerca de 600 mulheres que são agenciadas pelas prostitutas mais velhas, chamadas “mães ou madames”. Os filhos e amantes das agenciadoras podem circular livremente pelo bordel e a nudez da mulher é proibida, só é permitido que levante o “sári” - peça tradicional do vestuário das indianas – apenas no momento da relação sexual, e a prática do sexo oral é rejeitada, já que a boca é considerada sagrada por recitar as rezas do Alcorão.

O terceiro e último exemplo trata, além de outras questões, da assimetria com que dois diferentes momentos históricos encararam a procriação. Santos (2020) aponta o quanto os anos antecedentes à Primeira Guerra Mundial estimularam a produção dos, então chamados, “melhores indivíduos” com vistas à reorganização das prioridades nacionais em função da, já instalada, competição internacional, a qual alimentou um racismo no período entre as guerras mundiais, embasada no medo da “degradação” da população pelo possível domínio das “raças inferiores”.

A autora salienta, entretanto, que tal incentivo à reprodução é substituído, na década de 40, pois emerge a ideia do “planejamento familiar” - prática que apresentava o controle da natalidade enquanto vantagem para se assegurar o mesmo objetivo dos anos anteriores, qual seja: a formação das famílias pelos “tipos certos de indivíduos” (brancos, heterossexuais, cisgêneros), capazes de constituir famílias biparentais e regidas pelo patriarcado ao performar,

apropriadamente, os papéis de gênero vigentes no tão sonhado admirável mundo novo da democracia social.

Tendo por base, portanto, a explanação de Santos (2020) sobre o polimorfismo das formas de se vivenciar a sexualidade através da exposição dos exemplos citados, que examinam essa multiplicidade, cada qual enfocando uma das três instâncias macro apontadas (sociedade, história e cultura) enquanto constituidoras de nossa sexualidade, cabe ressaltar imprescindibilidade de considerar-se tal assunto em meio a essas três raízes para que todas as sexualidades existentes sejam legitimadas, diminuindo-se, assim, a rotulação de determinadas condutas como “normais” ou “anormais”, a partir da eleição de uma única como correta e universal.

Como já explicitado, a sociedade influencia na forma como o sujeito aprende e vivencia sua sexualidade, uma vez que este é formado em sua relação com a sociedade, cultura e história. A educação também possui grande participação nesse processo, haja vista o fato de que é a partir dela que é possível aprender e desenvolver o que fazer ou não em determinada situação. A educação, como já tratado anteriormente no capítulo 1, pode acontecer tanto formal quanto informalmente, sendo possível generalizar, portanto, o mesmo conceito para a educação sexual, foco do presente trabalho. Desta forma, muitas vezes, a educação sexual formal pode ser opressora, buscando o controle dos sujeitos através da sexualidade, além de contribuir para a manutenção de estereótipos e tabus.

Durante muito tempo, acreditou-se que a escola não deveria trabalhar os assuntos relacionados à sexualidade, pois esse papel era destinado à família, já que se entendia que tais assuntos estavam restritos ao âmbito privado, não pertencente a formação social dos sujeitos. A instituição de ensino deveria abordar as esferas coletiva e pública somente (LOURO, 1998). Convém ressaltar que, com o tempo, através da compreensão de que a sexualidade também estava presente na esfera sócio-cultural, os estudos avançaram para incluí-la como tema a ser trabalhado, na escola, de maneira formal (LOURO, 1998).

Vale ressaltar que a omissão e o silenciamento da sexualidade são também formas de educá-la, e que acontecem ainda hoje, devido a essa noção de que ela é algo privado apenas (FOUCAULT, 2015), pois, ao manter essa postura, ensina-se que esse assunto não deve ser falado, o que ajuda a perpetuar e manter os tabus, preconceitos, dúvidas e constrangimentos que perpassam o assunto, correndo-se riscos, também, de fazer permanecerem violências dos mais variados tipos. Segundo Foucault (2015), a sexualidade possui uma relação intrínseca com o poder, no qual há, sempre, a repressão e a tentativa de controle a partir dela. Ao observarmos, também, a relação entre a escola e a sociedade, é possível traçar o mesmo

paralelo, visto que, busca-se o controle e a manutenção do status quo, como observado por Althusser (1998), o qual apresenta a escola como um Aparelho Ideológico do Estado, servindo à ideologia dominante.

Dessa forma, ao observar-se a escola e a educação sexual, é preciso observar a qual propósito estão servindo, pois podem constituir, apenas formas de manutenção de opressão e de repressão. Um dos exemplos da educação sexual atuando como forma de manutenção de exclusão e de tabus é a educação sexista, uma forma de educar baseada em papéis rígidos e estereotipados de gênero, ou seja, considerações fixas do que são comportamentos tidos como femininos e masculinos, por exemplo. É comum, nas escolas, observarmos profissionais tomando atitudes como: dividir uma turma entre meninos e meninas nas aulas de educação física, restringir o futebol aos meninos, etc. (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016). Para melhor compreensão do tema, faz-se necessário uma breve explicação sobre o que são *papéis de gênero*:

[...] são delimitações de comportamentos que a cultura busca naturalizar baseados em determinados padrões e associando-os a um gênero específico (WHITAKER, 1995). Dessa forma, tem-se enraizado na cultura que determinados padrões e papéis devem ser desempenhados apenas por um tipo de gênero específico [...] Segundo Grossi (1998, apud SAYÃO, 2006), “os papéis de gênero são as formas de manifestações ou representação social de ser macho ou fêmea”. A partir disso, espera-se que a criança se comporte seguindo determinado papel que reafirme o gênero que lhe foi designado. Isso contribui para a repressão no desenvolvimento das crianças, uma vez que essas não podem ter determinadas atitudes ou realizar certas brincadeiras, pois seriam julgadas pelas amarras sociais (HANITZSCH; SANT’ANA, 2020, p. 87).

No dia a dia escolar, comportamentos como esses citados acima são comuns de acontecer na divisão de brincadeiras, esportes, jogos e brinquedos (os “brinquedos de meninos” costumam ser carrinhos e bolas e os “brinquedos de menina”, bonecas). Toda essa forma de organizar o dia-a-dia escolar impacta diretamente na formação e na relação que a criança estabelece com sua sexualidade, uma vez que aprende determinadas formas de agir ou de não agir, de acordo com seu gênero, sendo reprimida caso não siga as regras socialmente impostas, podendo ser alvo de piadas, exclusão e violência. Dessa forma, é possível observar como a educação ocupa um papel de opressão, mantendo o discurso da sociedade cisheteronormativa e levando à exclusão pessoas que não se encaixam nesse padrão culturalmente estabelecido. Futuramente, no capítulo 6, esse tema será abordado de maneira mais detalhada.

Tendo em vista o que foi explicado anteriormente, é importante lutar por uma educação sexual que seja oposta a esse modelo, ou seja, para que transforme-se em uma educação sexual emancipatória. Para isso, é preciso que esteja, de fato, livre de tabus e amarras sociais, problematizando comportamentos que tenham o mesmo caráter dos que foram citados aqui,

promovendo reflexão, aprendizado e autonomia dos sujeitos que passam por ela (DINIZ; LUZ, 2007). Portanto, busca-se, a partir da educação sexual emancipatória, uma mudança da realidade social:

Um trabalho de educação sexual significa problematizar a sexualidade, não no sentido de encará-la como problema a ser resolvido, mas de questionar as evidências, apresentar um leque de conhecimentos para que a sexualidade seja compreendida com um aspecto predominantemente histórico-cultural, e para que os discursos normativos que regem as construções de nossas imagens do masculino e do feminino, bem como as diversas imagens de ter prazer com o próprio corpo e/ou com o corpo do/a outro/a sejam desconstruídos, permitindo novas vivências acerca da sexualidade (DINIZ; LUZ, 2007, p. 6).

Feitas tais considerações, é necessário pontuar que um trabalho constante sobre o assunto e inserido de forma transversal na escola se faz fundamental, o que inclui a compreensão das questões de maneira aberta e de acordo com a realidade do público atendido, bem como a adaptação da linguagem e do detalhamento dos temas abordados, conforme a faixa etária, sem que isso signifique alimentar fantasias ou omitir informações:

É necessário promover, organizar e planejar atividades sistemáticas que ocorram durante todo o ano letivo, mantendo um processo permanente de ação e reflexão, desenvolvendo atividades onde os adolescentes possam sugerir os temas a serem discutidos, partindo da realidade e do interesse desses adolescentes, avançando gradativamente, enriquecendo, acrescentando e construindo um conhecimento novo, sanando as dúvidas e as necessidades do grupo (GAGLIOTTO; LEMBECK, 2011, p.13).

Segundo Gagliotto e Lembeck (2011), a educação sexual, para ser emancipatória, não deve se limitar às palestras esporádicas sobre alguns temas, como prevenção de gravidez, por exemplo, pelo contrário, deve manter uma forma constante na realidade escolar. Os autores também apontam para a importância dos próprios professores trabalharem esses temas e não apenas convidados externos, pois a relação e o vínculo entre professor e aluno ou entre os funcionários e os alunos tornam mais fácil o processo de abordar os assuntos e tirar dúvidas, conforme forem aparecendo no desenvolvimento dos educandos.

Para que isso ocorra, é indispensável que os professores tenham o preparo necessário para abordar assuntos relacionados à sexualidade e à educação sexual, o que inclui: formação continuada no assunto; trabalhar com o tema livre de crenças pessoais, religiosas ou valores morais; o compromisso com a promoção de autonomia através do acesso à informação e conteúdos; além da realização de ações e trabalhos que incluam a comunidade escolar como um todo, ou seja, outros professores, funcionários, diretores, pais e cuidadores (MAIA; RIBEIRO, 2011).

Além disso, Felipe e Guizzo (2004) também apresentam algumas formas que auxiliam a nortear as práticas em educação sexual para que esta seja mesmo emancipatória e esteja de acordo com o explicado anteriormente, sendo estas:

- Romper com as generalizações de brincadeiras (“brincadeiras de meninos e brincadeiras de meninas”), esportes e atividades físicas (ballet para meninas e judô para meninos, ou futebol para os meninos e outra atividade para as meninas);
- Romper com as dinâmicas de rivalidade entre “meninos e meninas”, estimulando a cooperação e a integração entre as crianças, não realizando a separação através do gênero em filas ou atividades;
- Problematizar relações de poder que envolvam as instituições, incluindo a escola;
- Estar em constante processo de atualização para que se possa assumir uma postura reflexiva em relação às situações que acontecem e envolvem gênero, sexualidade, raça, etnia, etc.

Fonte: adaptado de Felipe e Guizzo (2004)

Esses pontos colocados pelos autores também auxiliam no rompimento da binaridade de gêneros, da educação sexista e da lógica cisgênero, o que possibilita que crianças e adolescentes não sejam classificados, apenas, em “meninos” e “meninas”, como será tratado adiante, no capítulo 6. E por fim, outro ponto importante para a prática da educação sexual emancipatória é a adequação de conteúdos para o público-alvo, mantendo-se a apropriação à idade do sujeito, assunto citado anteriormente, não havendo a restrição da prática pela faixa etária dos educandos, mas buscando elementos de suas vidas que conversem com os temas trabalhados na educação sexual, como jogos, músicas, filmes, quadrinhos, videogames, clipes e vídeos, entre outros. Segundo Bortolozzi e Pastana (2020), o uso de música ou de materiais midiáticos e literários pode ser uma estratégia para promover a discussão e a problematização das situações sociais vividas.

Vale ressaltar, mais uma vez, que a educação sexual emancipatória baseia-se no respeito à diversidade, lutando para a garantia dos direitos humanos, sexuais e reprodutivos, visando à promoção da autonomia, do respeito e do entendimento do corpo e dos processos de cada um. Assim, levando-se em consideração todos os aspectos aqui abordados, é apresentado

a seguir, uma possibilidade para a capacitação de docentes no que tange à temática da relação entre a sociedade e a educação sexual. A tabela abaixo consiste em um exemplo de planejamento de encontro que tenha essa finalidade, bem como a discussão que a segue a respeito das propostas dos conteúdos escolhidos e das justificativas/explicações para cada escolha de tema e de dinâmica.

Conteúdo	Atividades	Materiais	Tempo (min)
1. Sexualidade em outras culturas, tempos e sociedades	Dinâmica: “ <i>Mitos e Verdades</i> ”.	Apresentação em PowerPoint; Frases (Material 1)	30 min
2. Dimensão histórico-cultural e social da sexualidade	Exposição dialogada: apresentação teórica da relação entre sexualidade, história, sociedade e cultura, a partir do aprofundamento daquilo que foi discutido pelos exemplos das frases da dinâmica anterior.	Apresentação em PowerPoint	30 min
3. Educação Opressora e Sexista	Exposição dialogada: apresentação teórica do que é a educação opressora, o controle da sexualidade na instituição pedagógica, a escola como um Aparelho Ideológico do Estado, a educação sexista e o papel da instituição de ensino para a quebra dessa forma de educação ou sua manutenção.	Apresentação em PowerPoint	25 min
4. Educação Emancipatória	Exposição dialogada: apresentação teórica de como a educação sexual deve ser realizada para ser emancipatória, com exemplos práticos.	Apresentação em PowerPoint	25 min
5. Fechamento das temáticas	Dinâmica: “Momento cinema”.	Apresentação de cenas das séries <i>Nada Ortodoxa (2020)</i> e <i>Sex Education (2020)</i>	30 min
6. Avaliação do encontro	Diálogo interrogativo: perguntas sobre a avaliação do encontro e sugestões de melhorias.	-	10 min

Fonte: elaborado pelas autoras

Conteúdo 1: Sexualidade em outras culturas, tempos e sociedades

Iniciar o encontro com a dinâmica “Mitos e Verdades” pode servir para introduzir o debate a respeito da relação entre sexualidade, história, cultura e sociedade, consiste no seguinte modelo: o mediador deve apresentar, aos participantes, as várias frases que explicitam a constituição histórico-cultural e social da sexualidade, cada qual enfocando uma das três matrizes citadas. Para aplicação desse conteúdo o material 1 segue abaixo:

Frases para dinâmica “Mitos e Verdades”

- ✓ A homossexualidade até 1990 era considerada como distúrbio, estando no manuais sobre doenças da Organização Mundial da Saúde (VERDADEIRO) (DINIS; ASINELLI-LUZ, 2007).
- ✓ Na sociedade ateniense, o padrão de relacionamento afetivo-sexual aceitável socialmente era pautado na monogamia, condenando quaisquer outros tipos de amor possíveis (FALSO - sociedade capitalista, não ateniense) (KESSLER, 2013).
- ✓ Jovens em idade escolar que não têm condições de comprar absorventes perdem cerca de 15 dias letivos ao ano por não irem à escola menstruadas no Brasil. (FALSO - são 45 dias) (PROJETO DE LEI 4.968, 2019).
- ✓ Na cidade de Faridpur, Bangladesh, há um único bordel, o qual abriga mais de 600 mulheres. A nudez é vetada, sendo o sari levantado apenas no momento da relação sexual. O sexo oral também é vetado, uma vez que a boca recita as rezas do Alcorão (VERDADEIRO) (BODANESE; MARTINS, 2019).
- ✓ Na Bolívia, o mito de que o sangue menstrual pode causar câncer faz com que as mulheres não joguem o papel higiênico no lixo do banheiro, sendo comum que elas carreguem consigo uma sacolinha onde jogam o lixo menstrual para descartarem somente quando estiverem longe e sozinhas (VERDADEIRO) (BLOG INCICLO, 2020).
- ✓ A camisinha (feminina e masculina) é o único método contraceptivo que também previne ISTs (VERDADEIRO) (HOGA, 2013).
- ✓ O modelo de família biparental, heterossexual, monogâmico e cisgênero evidencia a forma instintiva e natural do ser humano de constituir seu núcleo familiar (FALSO) (HQ DA VIDA: HQ da vida #103, 2019).
- ✓ No Brasil, há registro de manuais de educação sexual desde os primeiros séculos da colonização (XVI - XVIII) (VERDADEIRO) (SANTOS, 2020).
- ✓ No mundo, 30 países ainda têm algum tipo de lei contra a homossexualidade (FALSO - são 70 países) (CASTEADO; TOMBESI, 2019).
- ✓ A medicina do século XX era “fascinada por sexo” por ser a única esfera da sociedade com aval para falar sobre o assunto (FALSO - século XIX) (SOUZA, 2012) .

Após a exibição de cada uma das frases, o mediador deve perguntar aos participantes se as consideram como verdadeiras ou falsas para, em seguida, mostrar o gabarito das sentenças, contextualizando-as a partir das referências que usou para elaborá-las. Tal atividade, além de inaugurar a discussão teórica sobre o assunto, que deverá ser tratada no próximo tópico do encontro, de forma didática e descontraída (haja vista o incentivo à atuação dos participantes

em uma “brincadeira”), auxilia o mediador na identificação do nível de compreensão sobre o assunto em questão, para que possa atestá-lo.

Conteúdo 2: Dimensão histórico-cultural e social da sexualidade

Aprofundar as considerações acerca de tal tema, retomando os exemplos trazidos na dinâmica anterior para melhor embasamento argumentativo, é um bom caminho para haver diálogo sobre a necessidade de compreender a sexualidade em meio à sua construção social, culturalmente localizada e historicamente datada (TONIETTE, 2004 apud SANTOS, 2020). A realização de um debate como esse, feito de forma mais enfática, recorrendo à bagagem teórica existente a respeito do assunto, serve, não só para sacramentá-lo, como também para facilitar o entendimento dos participantes sobre os próximos momentos do encontro, que têm como cerne a descrição de dois diferentes modos, que vinculam e estabelecem a interdependência da educação da sexualidade com à sociedade, história e cultura.

Conteúdo 3: Educação Opressora e Sexista

Abordar conceitos da educação opressora e sexista, assim como possibilitar a discussão relativa ao controle da sexualidade, na instituição pedagógica, além de analisar o cumprimento da função de tal instituição enquanto um Aparelho Ideológico do Estado, são tarefas imprescindíveis, pois ao mesmo tempo que ressalta o quanto a escola pode servir à manutenção do status quo, indo de encontro às normas que beneficiam a ideologia dominante (ALTHUSSER, 1998), também pode explicitar uma leitura bastante crítica e objetiva ao funcionamento escolar, o que, conseqüentemente, viabiliza um diálogo a respeito de alternativas concretas que minimizem ou extingam de vez o cenário repressor descrito.

Conteúdo 4: Educação Emancipatória

Para fomentar o diálogo sugerido na seção anterior, o mediador pode apresentar exemplos práticos da educação sexual emancipatória, sendo esta uma boa estratégia para despertar o interesse dos participantes na aplicação de tal fenômeno, levando-se em consideração duas, dentre muitas outras, necessidades primordiais referentes ao tema: a de possuir uma sistemática para que a educação seja executada de forma contínua e a participação dos envolvidos na efetivação de uma realidade objetiva (GAGLIOTTO; LEMBECK, 2011).

Conteúdo 5: Fechamento das temáticas

A fim de recapitular todos os assuntos trabalhados, averiguando como e quanto foram absorvidos pelos participantes, a dinâmica didática “Momento Cinema” pode ser bastante eficaz e eficiente e funciona da seguinte maneira: o mediador exhibe um trecho da série *Nada Ortodoxa* (NETFLIX, 2020) - especificamente do minuto 10:30 ao 13:30 do terceiro episódio, da primeira temporada - e, após isso, pede para que os participantes comentem, socializando aquilo que mais chamou a atenção. Em uma segunda etapa, o mediador deve analisar se os comentários feitos refletem as discussões ocorridas ao longo do encontro, acrescentando ou reiterando o motivo da escolha pelas cenas em questão.

O mesmo procedimento deve ser feito em relação à outra série, *Sex Education* (NETFLIX, 2019), cujo trecho mostrado compreende do minuto 32:20 ao 35:00 do primeiro episódio, da primeira temporada. Tal atividade, além de servir de estratégia didática, contribui para que esta se desenvolva de forma dinâmica, não só por estimular a participação dos envolvidos, como também por envolver a utilização de materiais midiáticos, o que foge da monotonia das exposições teóricas, comuns na área da educação.

Conteúdo 6: Avaliação do encontro

Questionar os participantes sobre como a discussão colaborou com a formação; se o formato do encontro foi adequado; o que acharam dos materiais trazidos e das dinâmicas, são ações importantes para avaliar se a temática trazida pôde ser absorvida. Além disso, tais questionamentos auxiliam em ajustes na própria didática e nos conteúdos, caso esse encontro seja replicado ou realizado com outra turma futuramente.

Referências

A menstruação ao redor do mundo. Blog Inciclo. Disponível em: <https://blog.inciclo.com.br/menstruacao-ao-redor-do-mundo/>. Acesso em: 04 de out. de 2021.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do Estado.** In: ___ Ideologia e Aparelhos ideológicos do Estado, Editora Presença: Lisboa, 1998, p. 41-52.

BODANESE, G. R.; MARTINS, M. E.. Sexualidade, Comportamento Sexual e Cultura: reflexões e articulações teóricas. **Psicologia.pt**, 2019. Disponível em: <<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1328.pdf>> . Acesso em: 13 jul. 2019.

CASTEADO, A.; TOMBESI, C. **Mapa mostra como a homossexualidade é vista pelo mundo.** 28 de junho de 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48801567>>. Acesso em: 04 de out. de 2021.

- DINIS, N.; LUZ, A. A. Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 30, p. 77-87, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602007000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 de out. de 2021.
- FELIPE, J.; GUIZZO, B. S. Entre batons, esmaltes e fantasias. In: MEYER, D.; SOARES, R. **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2004, p. 31-40
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. 2. ed. Trans. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015
- GAGLIOTTO, G. M.; LEMBECK, T. Sexualidade e adolescência: a educação sexual numa perspectiva emancipatória. **Educere et Educare** – Revista de Educação, v. 6, n. 11, 1º semestre de 2011, Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/4802>>. Acesso em 04 de out. de 2021.
- HANITZSCH, L. C.; SANT’ANA, M. F. Sexualidade e Gênero. In: BORTOLOZZI, A. C. **Educação sexual com e para adolescentes: Aspectos teóricos e práticos**. Padu Aragon Editor: Araraquara, 2020, p. 86-99.
- HQ DA VIDA: **HQ da vida #103** - Por que um programa LGBT vai falar de família, propriedade privada e estado?. Entrevistadores: Dann Carreiro/Dimitra Vulcana e Beatriz Santos. Entrevistada: Marília Moschkovich. [S. l.]. 11 jun. 2019. Podcast. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ppZkcbH1rJY>>. Acesso em: 5 set. 2019.
- KESSLER, C. S. Novas formas de relacionamento: fim do amor romântico ou um novo amor-consumo?. **Sociedade e cultura**, Goiânia, v.16, n.2, p. 363-374, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/32195>>. Acesso em 04 de out. de 2021.
- LINS, B. A; MACHADO, B. F.; ESCOURA, M. **Diferentes não desiguais: a questão de gênero na escola**. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016
- LOURO, G. L. Sexualidade: lições da escola. In: Meyer, D. E. E. (org.). **Saúde e sexualidade na escola**. 2. ed. Porto Alegre, Mediação, 1998, pp. 85-96.
- MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. Educação sexual: princípios para ação. **Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e educação**, v. 15, n. 1, p. 75-84, 2011.
- NADA ORTODOXA**. 1ª temporada, 3º episódio (10:30-13:30). Dirigido por Maria Schrader. Produzido por Netflix Inc. Estados Unidos, 26 de março, 2020.
- PARKER, R. Cultura, economia política e construção social da sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 89-109.
- PASTANA, M.; BORTOLOZZI, A. C. Educação sexual com grupo de adolescentes: propostas de ações para o diálogo sobre experiências de consumo de bebidas alcólicas. In: BORTOLOZZI, A. C. et. al, **Saberes e atuações em sexualidade**. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 149-185, 2020. Disponível em: <<http://www.pedrojoaoeditores.com.br/e-books1>>. Acesso em: 04 de out. de 2021.
- PROJETO DE LEI 4.968 de 2019**. Institui o Programa de Fornecimento de Absorventes Higiênicos nas escolas públicas que ofertam anos finais de ensino fundamental e ensino

médio. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=585F6D168078B79A2DE6C3931BC9AEF0.proposicoesWebExterno2?codteor=1848913&filename=Avuls+o+-PL+4968/2019>. Acesso em: 04 de out. de 2021.

RIBEIRO, P. R. M. Sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos. In: MAIA, A. C. B.; MAIA, A. F. (org.). **Sexualidade e infância**. Bauru: FC/CECEMCA, 2005. p. 17-34

SANTOS, M. R. Sexualidade, história, cultura e sociedade. In: BORTOLOZZI, A. C. **Educação sexual com e para adolescentes: aspectos teóricos e práticos**. Araraquara, Padu Argon Editora, 2020, p. 65-78.

SEX EDUCATION. 1ª temporada, 1º episódio (32:20-35). Produzido por Jon Jennings e Netflix Inc. Reino Unido, 11 de janeiro, 2019.

SOUZA, F. C. S. Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 146, p. 672-678, maio./ago. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742012000200018>. Acesso em 04 de out. de 2021.

TONIETTE, M. Sexualidade...ou sexualidades? **Boletim Informativo CEPCoS** – Centro de Estudos e Pesquisas em Comportamento e Sexualidade, São Paulo, n.3, p.1, 2004.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 24- 61.

Capítulo 3

Sexualidade na Infância

Os primeiros estudos que atestam que o desenvolvimento psicosssexual começa na infância, postulados por Freud, datam do século XX e são válidos ainda hoje, evidenciando não só o quanto várias condutas infantis revelam a presença da sexualidade nesse período do desenvolvimento, mas também a forma particular de se manifestar nessa fase da vida. Tais conhecimentos sobre o assunto contrariaram bastante a opinião popular da época que classificava as crianças como “assexuadas” (BORTOLOZZI, 2022).

As explorações corporais na infância decorrem do funcionamento específico da sexualidade nesta fase, pautado no auto-erotismo. A criança descobre que ela possui um corpo erógeno, em outras palavras, uma estrutura física dotada de diversas partes, que inúmeros tipos de estimulação, experimenta sensações de prazer (BORTOLOZZI, 2022; NUNES; SILVA, 2006).

As manifestações da sexualidade infantil não têm como objetivo o gozo, nem tampouco são movidas por desejo ou atração sexual por outra pessoa, como é típico da fase adulta. As explorações corporais e sexuais da criança são consequências do início do conhecimento sobre o próprio corpo, bem como da constatação de que este é capaz de sentir prazer, afeto e carinho (NUNES; SILVA, 2006).

Uma forma de apresentação da sexualidade na infância é a *manipulação genital*, mais comum entre os 3 e 4 anos, que consiste no toque com as mãos ou objetos e posições do corpo em que a criança encontra experiências de prazer. Nesta fase do desenvolvimento infantil, a busca por estas sensações é inconsciente e não intencional, não se assemelha a masturbação no adulto e, justamente por serem fenômenos diferentes, recebem nomeações distintas. Aproximadamente aos 4 e 5 anos de idade, as crianças também passam a praticar o *beijo*, pois apreendem o sentido cultural e social dessa prática por meio da vivência familiar, de seu entorno e da mídia, que retrata relações híbridas (amorosas e sexuais ao mesmo tempo) e o beijo incluso. Partindo da própria criança, o beijar aparece como uma demonstração de afeto e carinho pelo outro, longe de uma expressão de desejo erótico como no adulto (NUNES; SILVA, 2006).

Entre os 5 até os 10 anos de idade, porém mais intenso aos 8 e 9 anos, as crianças passam a “brincar” de *namoro* com os amigos e pares. Esse jogo infantil demonstra uma

compreensão de que tal tipo de relação denota afeto, carinho e amor pelo outro, acompanhado do beijo e de declarações. Em sua imaginação, a criança namora, imprimindo em seu comportamento códigos apreendidos na mídia, na internet e nas vivências familiares. Porém, esse processo de repetir comportamentalmente e verbalmente o que se entende por namoro e casamento, é um processo infantil de aprendizagem e apreensão sobre a cultura em que está inserido, sendo diferente de um real namoro adulto, além de ser uma forma que a criança encontra de demonstrar e dizer que gosta de alguém (NUNES; SILVA, 2006). É importante, neste momento, pontuar para a criança que seus sentimentos de carinho e afeto por seus amigos, pares e outros adultos são válidos, reforçando suas emoções e expressão, porém, também é necessário explicar que a possibilidade do namoro em si existirá a partir da adolescência, ou seja, crianças não namoram.

A curiosidade sobre a sua própria existência também acaba levando crianças, normalmente entre seus 4 a 6 anos, a questionarem-se sobre de onde vieram, como nasceram e a famosa pergunta “de onde vem os bebês?” (NUNES; SILVA, 2006). Inúmeras formulações sobre *o nascimento e a concepção* criam-se no pensamento infantil, não somente a partir das histórias que os adultos contam (a cegonha traz, brotam do repolho na feira ou da semente que cresce na barriga), mas de suas percepções sobre o que veem. Nessa idade, passam a interpretar algumas imagens veiculadas na mídia e os fatos da vida adulta como namoro, afeto, beijo, casamento, gravidez e nascimento de um bebê. Alguns pensamentos infantis sobre o parto explicam que um bebê nasce pelo ânus, pela ação de defecar, outros pela boca, após a mãe ingerir um alimento especial e outros ainda que imaginam que saem da barriga pelo umbigo (NUNES; SILVA, 2006).

Ao contrário de silenciar o tema, reprimi-lo ou deslocá-lo do mundo infantil, é importante atender a curiosidade da criança sobre sexualidade, seja sobre a relação sexual adulta, beijo, namoro ou nascimento de bebês, diminuindo assim sua ansiedade frente a vontade sincera de conhecer o mundo. “A curiosidade não satisfeita vira ansiedade de saber e pode desencadear um comportamento que expressa uma ansiedade difusa” (NUNES; SILVA, 2006, p. 55). É importante perceber que o olhar malicioso e erotizado sobre a sexualidade, que impõe silêncio sobre a temática, considerado-a tabu, parte do adulto e não das crianças, pois estas buscam genuinamente compreender o mundo a sua volta, possuindo um olhar de interesse sobre os fatos da vida em que se insere.

O conhecimento sobre as diversas formas de vir ao mundo e adentrar em uma família, pelo sexo, por inseminação artificial ou por adoção, também colabora para a compreensão de um mundo diverso e de uma pluralidade na constituição familiar. A compreensão dessa

pluralidade de vivências familiares e de possibilidade de nascimento pode colaborar para relações grupais mais inclusivas e diminuir casos de bullying, baseados nas diferenças de constituição familiar.

É importante salientar que a comunicação com a criança sobre a sexualidade humana e os acontecimentos do mundo, do corpo e do nascimento deve ser adequada à idade dos ouvintes. Isso não significa abrandamento do assunto ou uso de palavras somente como “apelidos” para partes do corpo ou alegorias místicas sobre o nascimento, também não se refere a repressão do assunto por intermédio de silenciamento, de mentiras, de invenções fantasiosas e descoladas da realidade ou proibição do tema. A conversa sobre sexualidade com as crianças deve sempre partir do conhecimento que elas já têm e da linguagem que utilizam, juntamente com as expressões verbais compartilhadas socialmente. É preciso apresentar a realidade sexual humana às crianças sempre alinhada à literatura científica desenvolvida socialmente e com a perspectiva de criar cidadãos emancipados (BORTOLOZZI, 2022).

O caráter lúdico da infância deve ser levado em consideração na abordagem e nas intervenções em educação sexual, porém, o diálogo sobre sexualidade não pode ser permeado por analogias e por histórias absurdas como geração a partir de sementes, de cegonhas e de repolhos na feira, pois Informar a criança sobre a realidade do mundo em que se insere é um direito dela. É necessário respeitar a imaginação própria da infância, sem esquecer que é imprescindível a construção de compreensões básicas e reais sobre a sexualidade humana, incluindo a sexualidade infantil, de forma explicativa e emancipatória (BORTOLOZZI, 2022).

Uma vez reconhecida a presença da sexualidade na infância e considerando o papel central que a escola tem na vida das crianças, haja vista, não só a quantidade de tempo que passam na instituição, mas, principalmente, a função social desta de educar (MAIA; RIBEIRO, 2011; BORTOLOZZI; PASTANA; CARVALHO; 2020), não se pode deixar de salientar a necessidade urgente dos agentes escolares (professores, gestores e funcionários) terem conhecimento sobre o assunto para que estejam instrumentalizados a agir sobre as situações que dizem respeito ao tema de forma humanista e emancipatória (BORTOLOZZI, 2022). Tal atitude está fundamentada no estudo da questão e no diálogo científico e honesto acerca do tema, sem tabu e sem a ótica de valores pessoais, com o objetivo de informar as crianças e educá-las de modo integral e realista, compreendendo e esclarecendo seus comportamentos de maneira a promover conhecimento e responsabilidade a respeito deles, tendo como princípio o desenvolvimento da autonomia, saúde e consciência (BORTOLOZZI, 2022).

Somente por meio dessa orientação, é possível dar fim à repressão e à manutenção da ignorância das crianças sobre sua sexualidade, ações socialmente entendidas, enquanto formas

de conservar a inocência e a pureza nesta fase, com vistas à defesa do direito de saberem sobre si e sobre seus pares (BORTOLOZZI, 2022). Nesse sentido, é importante orientar os professores, os funcionários e os gestores a fim de realizarem as intervenções, quando o assunto for sobre a sexualidade infantil.

A compreensão antecipada do grau de entendimento da criança sobre o assunto é importante para que o(a) professor(a) possa avaliar de onde poderá partir suas explicações sobre a sexualidade, assim como adequar o assunto à faixa etária e ao nível de entendimento atual do(a) aluno(a), sem ultrapassar limites da idade. Pelo próprio caráter da apreensão do mundo infantil, é necessário que a conversa seja a mais concreta possível, fugindo de explicações ou materiais abstratos, buscando trazer ilustrações, descrições, explicações honestas e sem tabu.

Como a ideia é lidar com a sexualidade de maneira emancipatória e não repressora, é essencial atentar-se a algumas reações diante da manifestação da sexualidade infantil, agindo de forma acolhedora, compreensiva, sem tabu, espanto ou comportamento repressor, garantindo a livre expressão de experiências corporais e das fantasias infantis. Por intermédio de uma postura aberta ao diálogo, forma-se um laço de confiança, demonstrando que o assunto da sexualidade é “conversável” e que a criança pode contar com o adulto nesse assunto. Convém lembrar que, quando o tema é sexualidade, não se pode perder de vista o caráter plural, levando em conta a diversidade ao trazer explicações sobre família, namoro, nascimento, gênero, orientação sexual e concepção – assunto que será detalhado no capítulo 6 deste livro. Além disso, ressalta-se que nomear as partes do corpo corretamente e adequar a linguagem ao público infantil é muito importante (BORTOLOZZI, 2022).

Esse olhar emancipatório e humanista ante a sexualidade infantil intenta o desenvolvimento de autonomia, saúde e consciência, enquanto cidadão inserido em uma sociedade constituída pela cultura e pela pluralidade de vivências (MAIA; RIBEIRO, 2011). Após tais considerações, propõe-se aqui uma alternativa exequível para instruir docentes quanto ao manejo do conteúdo discutido neste capítulo, seja para outros docentes, seja para quaisquer outros membros da comunidade escolar.

A tabela abaixo consiste em um planejamento de intervenções que tratam do assunto e serve de referência para a discussão seguinte sobre a escolha dos temas e da dinâmica a serem aplicados.

Conteúdo	Atividades	Materiais	Tempo (min)
-----------------	-------------------	------------------	--------------------

1) Manipulação de órgãos genitais na infância	Exposição dialogada: apresentação de uma situação hipotética que envolve o conteúdo descrito, seguida de debate, entre os participantes, sobre as possibilidades de intervenção e do acréscimo de informações relevantes do tema, de acordo com a literatura.	Apresentação em PowerPoint: CASO 1	35
2) Curiosidade e fantasias sobre o nascimento e a concepção de bebês	Exposição dialogada: apresentação de uma situação hipotética que envolve o conteúdo descrito, seguida de debate, entre os participantes, sobre possibilidades de intervenção e do acréscimo de informações relevantes sobre o tema de acordo com a literatura.	Apresentação em PowerPoint: CASO 2	35
3) “Namoro infantil”	Exposição dialogada: apresentação de uma situação hipotética que envolve o conteúdo descrito, seguida de debate, entre os participantes, sobre possibilidades de intervenção e do acréscimo de informações relevantes sobre o tema de acordo com a literatura	Apresentação em PowerPoint: CASO 3	35
4) Finalização	Orientações gerais para a atuação de profissionais da educação sobre o tema, na instituição escolar.	Apresentação em PowerPoint	25
5) Indicações	Apresentação de possíveis literaturas e produções cinematográficas úteis, oferecendo base para discussão dos temas abordados neste encontro.	Apresentação em Power Point	10
6) Avaliação do encontro	Diálogo interrogativo: perguntas sobre a avaliação do encontro e sugestões de melhorias.	-	10

Fonte: elaborado pelas autoras

Pode-se notar na tabela acima, que o início da temática acontece a partir da exposição de manifestações da sexualidade infantil no ambiente escolar, utilizando a mesma forma de trabalho em todas as situações. Apostando na estrutura proposta, o mediador conta com boa estratégia, porque tais manifestações, apesar de hipotéticas, são factíveis e bastante frequentes, o que torna a discussão mais palpável por aproximá-la da realidade.

Ademais, a tática do mediador de pedir aos participantes que socializem as ideias para a ação, diante das situações descritas, antes mesmo de colocá-las em prática, viabiliza a sondagem do nível de compreensão que as pessoas têm sobre o assunto, além de estimular o protagonismo de cada um na realização da atividade, assim como na troca de experiências já vividas, enriquecendo o debate. Em consonância a isso, acrescentar informações científicas a

respeito dos exemplos dados e das colocações feitas é útil para salientar, não só a existência de literatura sobre o assunto, mas, principalmente, a necessidade de ser consultada para a concretização de uma educação plena.

Conteúdo 1: Manipulação de órgãos genitais na infância

Situação hipotética que envolve a manipulação de órgãos genitais na infância (CASO 1): “Você é o(a) professor(a) responsável por uma turma de dez alunos de quatro anos. Durante a “hora da leitura”, as crianças sentam em roda para ouvir a história e você identifica que uma delas está manipulando seus órgãos genitais. O que você faz?”.

Conteúdo 2: Curiosidade e fantasias sobre o nascimento e a concepção de bebês

Situação hipotética que envolve a curiosidade e as fantasias sobre o nascimento e a concepção de bebês (CASO 2): “Uma criança de cinco anos chega à escola e, antes da aula começar, ela se aproxima e pergunta de onde vêm os bebês. O que você faria?”.

Conteúdo 3: “Namoro infantil”

Situação hipotética que envolve o “Namoro infantil” (CASO 3): “Você está no pátio, durante o recreio, um menino aproxima-se de mãos dadas com uma menina, ambos com seis anos de idade. Depois de cumprimentar os dois, menino diz a você que a menina é a namorada dele e, na sequência, dá um selinho na boca da garota. Diante deste fato, o que você faz?”.

Conteúdo 4: Finalização

Em última instância, é preciso orientar os profissionais da educação, ressaltando, por exemplo, que o apoio científico da literatura e da legislação é fundamental para transmitir confiança e que a comunicação com os cuidadores/responsáveis pelas crianças, a respeito das situações e das intervenções, para naturalizar o assunto, salientando sua importância.

Conteúdo 5: Indicações

Para incrementar o respaldo apontado acima, indica-se apresentar a tais profissionais materiais didáticos, literaturas e produções cinematográficas que possam ser usados para inaugurar a discussão sobre o conteúdo, a fim de fixá-lo ou servir para a reflexão de forma descontraída e divertida, obtendo a atenção de todos.

Conteúdo 6: Avaliação do encontro

Esta prática consiste em perguntar aos participantes acerca do próprio debate (conteúdo e referências) e da forma como foi conduzido, considerando sua estrutura e a mediação feita para sua apresentação, com objetivo de identificar se foi compreendido e se colaborou para a formação profissional dos envolvidos, além de confirmar se há necessidade de realização de adequações, caso haja replicação do encontro.

Materiais de apoio

ARCARI, C. **Gogô, de onde vem os bebês?**. Curitiba: Ed. Caqui, 2019.

HIHO Kids. 100 Kids: **Where do Babies Com From?** 100 Kids | HiHo Kids. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g68BHT-Gbto&feature=emb_title>. Acesso em: 06 nov. de 2020

LOPES, C. **Educação sexual**. Todo Livro, 2018;

MAYLE, P.; ROBINS, A. **“De onde viemos?”** Explicando às crianças os fatos da vida, sem absurdos. São Paulo: Zastras, 2014.

RIBEIRO, M. **Menino brinca de boneca?**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, .2011.

RIBEIRO, M. **Mamãe como eu nasci?!**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, .2011.

RIBEIRO, M. **Como trabalhar os livros “Mamãe, como eu nasci?!” e “Menino brinca de boneca?”**: guia para professores. São Paulo: Salamandra, 2003. Disponível em: <<https://arautodecristo777.files.wordpress.com/2013/06/mamc3a3e-como-eu-nasci.pdf>>. Acesso em: 16 de nov. 2020.

Referências

BORTOLOZZI, A. C.; PASTANA, M.; CARVALHO, L. R. S. Educação Sexual na vida e nas escolas. In: BORTOLOZZI, A.B. (Org). **Educação Sexual com e para adolescentes**: aspectos teóricos e práticos. Araraquara, SP: Padu Aragon, Editor, p. 11 - 30, 2020.

BORTOLOZZI, A. C. **Sexualidade na infância**: manual para educadores/as [e-book]. São Paulo: Gradus Editora, 2022.

MAIA, A. C.; RIBEIRO, P. R. M. Educação Sexual: Princípios para a ação. **Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, v. 15, n. 1, p. 75-84, 2011.

NUNES, C.; SILVA, E. **A educação sexual da criança**: subsídios teóricos e propostas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

Capítulo 4

Sexualidade na Adolescência

A adolescência é um período marcado por diversas transformações, sejam físicas, emocionais, psíquicas ou sociais (MAIA, 2007). Nesse momento, os jovens passam por essas mudanças de forma constante e, muitas vezes, rapidamente, o que pode gerar muitas dúvidas, conflitos, além de emergir sentimentos e sensações até então inéditas. Vale ressaltar, conforme apresentado por Maia (2007, p. 2-3), que a puberdade e a adolescência são diferentes: enquanto a primeira se refere às mudanças físicas, com transformações do corpo que desenvolvem a capacidade reprodutiva; a segunda é um marco social, que pode variar de acordo com as culturas e o tempo histórico em que os jovens estão inseridos. Dessa forma, não há consenso em relação ao período da adolescência, uma vez que varia de acordo com o contexto, ou seja, normalmente o início da adolescência é com a puberdade, porém o seu fim é quando a sociedade passa a reconhecer o sujeito como adulto (CAVALCANTI, 1987, apud MAIA, 2007, p. 4).

Além disso, o período da adolescência também é marcado por novas descobertas, e por mudanças, principalmente em relação ao corpo e à sexualidade:

As mudanças cognitivas ocorrem de maneira mais lenta que as mudanças do crescimento físico corpóreo. O corpo cresce de forma desigual e rápida; o pensamento ensaia mudanças e amadurecimento e esta fase é marcada por emoções intensas, vulnerabilidade ao sofrimento e, ao mesmo tempo, sensibilidade ao prazer e ao sucesso (MAIA, 2007, p.4).

Nessa fase da vida, também é muito comum acontecer a masturbação, que passa a ser uma forma de obtenção de prazer, buscando o orgasmo, com a presença de fantasias, além de ser uma forma de conhecer o próprio corpo. Assim como outros assuntos envolvendo a sexualidade, a masturbação possui muitos mitos e tabus devido a repressão da sexualidade pela sociedade (MAIA, 2007). A educação sexual formal e emancipatória busca romper com esses preconceitos, mantendo um diálogo aberto sobre o assunto para que o adolescente entenda o que está acontecendo com seu corpo, o que é o prazer e quais são as responsabilidades que precisam ser assumidas antes de atingí-lo, como consentimento e outros pontos apresentados por Maia (2007):

O que devemos fazer, como adultos atentos, é dialogar com o adolescente de maneira a ajudá-lo a perceber o lado prazeroso da masturbação, reforçando, no entanto, as responsabilidades relacionadas, como a manutenção da higiene, da privacidade alheia e do respeito ao outro (MAIA, 2007, p. 7).

O período da adolescência também é marcado pela possibilidade de início da vida sexual, perda da virgindade e primeira relação sexual. Na sociedade atual, esses assuntos são carregados de mitos e de tabus, o que pode gerar muitas dúvidas e fantasias para os adolescentes. A iniciação à vida sexual foi, durante muito tempo, condenada quando não relacionada ao matrimônio, considerada prática imoral (RENZI, DONADON, 2020). O tabu, que envolve a virgindade e a primeira relação sexual, está ligado aos ideais religiosos presentes na cultura, considerando como pecado, ato indecente e recriminado socialmente manter relações não maritais ou não casar virgem. Dessa forma, buscava-se exercer um controle sobre os corpos dos adolescentes, a fim de evitar que as relações sexuais ocorressem.

Além disso, é importante destacar que esse controle sobre a virgindade ocorria, e ainda ocorre, de maneira mais enfática e punitiva sobre os corpos das mulheres, uma vez que, além dos ideais religiosos, o machismo também é determinante para esse olhar. Com isso, ao longo da história, a virgindade foi considerada como preterida pelas mulheres. Segundo Ribeiro (2005, p. 32, apud RENZI; DONADON, 2020, p. 115), ainda temos heranças do século passado, que “nos lega uma concepção de sexualidade ainda limitada, normatizada e geradora de culpa, angústia e ansiedade”. Como apresentado pelos autores, o controle sobre os corpos e a sexualidade gera consequências sérias até hoje. Uma das formas de controle que pode ser observada nas sociedades contemporâneas está associada ao caráter ou aos valores vigentes, utilizando a culpa para recriminar quem exerce sua sexualidade de maneira diferente do que é proposto pelas ideias sociais aceitas.

A maneira como a educação sexual ocorre pode ou não reforçar o critério social, ou seja, quando uma educação sexual é de fato emancipatória pode informar e possibilitar que o jovem desenvolva autonomia para tomar suas decisões em relação ao próprio corpo, de acordo com seus desejos, suas vontades e seus sentimentos. Porém, uma educação sexual opressora ou omissa baseia-se no controle e na abstinência obrigatória, reforçando o tabu que envolve a virgindade. Neste segundo cenário, a forte pressão para que haja um controle da virgindade - mesmo quando não se consegue exercê-lo de fato - acaba trazendo consequências psíquicas e emocionais, como apresentado por Renzi e Donadon (2020, p.126)

Assim, podemos afirmar que a repressão sexual, e as ideias antissexuais, embora muitas vezes sejam efetivas no sentido de impedir as práticas sexuais, nem sempre são respeitadas, pois, a depender do contexto econômico, social, cultural, essas continuam ocorrendo; porém, mesmo quando essas regras não exercem seu papel no sentido de controlar a conduta sexual do sujeito, ou seja, quando este acaba decidindo por transgredi-las, tais normas adquirem um grande peso para os indivíduos, ao provocarem sentimento de culpa, dor, sofrimento e vergonha, seja por questões internas ou sociais.

A educação sexual formal deve ser realizada de uma maneira que seja realmente emancipatória para a garantia de uma autonomia sobre o corpo, garantindo o bem estar não apenas físico como mental dos adolescentes. Juntamente à virgindade e ao tabu que envolve o tema, a primeira relação sexual também é assunto próprio desta faixa etária, mas, devido ao princípio da abstinência obrigatória e dos valores conservadores relacionados ao sexo, também passa a não ser explicado em sua complexidade, assim, estes assuntos acabam ficando restritos às aulas de biologia, ao capítulo que trata da reprodução humana, com isso, as dúvidas continuam, como apresentado por Martins et. al (2012).

Em seu estudo, Martins et. al (2012) entrevistaram adolescentes de quatro escolas, com o objetivo de entender o que acreditavam ou não ser verdade, envolvendo a sexualidade, Nos resultados, destacaram-se dois mitos reforçados: a crença de que nas relações interfemorais, sem o uso de preservativos, não há risco de gravidez e a ideia de que o álcool e outras drogas aumentam o desejo sexual (p. 28-29). Outro ponto importante que merece atenção, foi a constatação de que a maioria dos adolescentes tem informação prévia sobre alguns assuntos envolvendo a sexualidade, porém menos de 10% afirmaram que sua fonte foi a escola/professores (MARTINS et. al, 2012, p. 30).

Além disso, a falta de informações científicas, trabalhadas através da educação sexual formal na escola, faz com que os adolescentes busquem outras formas para sanar suas dúvidas, as quais podem apresentar riscos ou informações incorretas sobre o assunto. Um estudo realizado por Guerra, Andrade e Dias (2004) sobre o consumo de pornografia por universitários, constatou-se que: cerca de 55% dos homens e 72% das mulheres participantes da pesquisa afirmaram que um dos motivos para o consumo desse material era para a obtenção de informações reais sobre sexualidades (GUERRA; ANDRADE; DIAS, 2004, p. 273). Estes dados indicam que há uma necessidade urgente de romper os tabus e os mitos em relação à iniciação sexual para que seja possível estabelecer uma forma de proteção e de prevenção, não apenas de gravidez ou de infecções sexualmente transmissíveis (IST), mas também de violências, uma vez que a indústria pornográfica está associada à prática e à reprodução de abusos de vários tipos.

Corroborando com esses dados, é possível observar que os conteúdos midiáticos consumidos também exercem grande influência sobre a manutenção de mitos ou a criação de fantasias envolvendo a chamada “primeira vez”, pois representam o reflexo das ideias presentes na sociedade. A manutenção de discursos como “esperar o momento certo” não aparece, muitas vezes, na perspectiva do adolescente ter a autonomia para esta decisão, isto é, sobre o desejo de ter ou não a relação sexual, prevalecendo, assim, mais uma forma de controle, que apresenta

a primeira vez como algo decisivo, com a pressão e com a obrigação de ser o momento “ideal” com a “pessoa certa”, quando, na verdade, busca manter a abstinência, incrustando à essa ideia valores morais preponderantes

[...] aprendemos também a ficar atentos para outros discursos, pretensamente liberadores da sexualidade, que são atravessados por mecanismos sutis e sofisticados de normatização e controle sobre a sexualidade. Fischer (1996, p. 170) analisa, por exemplo, como o "discurso da sexualidade adolescente agora incorpora expressões novas - 'momento certo', 'pessoa certa', - termos sem definição precisa, que falam de um retorno a valores carregados de conservadorismo, como a virgindade e o romantismo das relações". Esse mesmo discurso passa pela mídia, pela escola, pela família e pelas aulas de educação sexual. Parece óbvio que, na visão de educadoras/es e da família conservadora, esse "momento certo" pode ser prorrogado até os limites de um "quanto mais tarde melhor", produzindo novas formas de controle sobre a sexualidade adolescente (DINIS; LUZ, 2007, p. 5-6).

As ações da mídia reproduzindo conteúdos que podem fortalecer os mitos e os tabus, também acabam por reforçar os estereótipos e os padrões referentes às formas de relacionamento, tanto afetivos, sexuais e corporais. Esses padrões não correspondem à realidade, tendo consequências para os adolescentes, como apresentado por Gagliotto e Lembeck (2011, p.10)

O que vem ocorrendo com os indivíduos é uma insatisfação generalizada consigo mesmo, pois os padrões de beleza incitados pela propaganda, corpos magros, esbeltos, olhos azuis, pele clara, não condizem com o tipo físico mais frequente ou predominante na sociedade brasileira. Vale lembrar que a origem do povo brasileiro está constituída de uma grande maioria negra africana. As principais vítimas dessas padronizações de beleza são os adolescentes, pois, ao não se enquadrarem nos requisitos de beleza transmitidos pela mídia; acham-se “feios”, não conseguem autoconhecer-se e tampouco aceitar-se, sendo que esses aspectos são pré-requisitos para uma vivência prazerosa nas relações afetivas.

Dessa forma, é importante ressaltar que ao se trabalhar com os assuntos da sexualidade, da virgindade, da adolescência e das mudanças corporais, é fundamental apresentar-se o tema sobre a diversidade, tanto em relação à sexualidade como aos corpos, discutindo os padrões e os ideais de beleza postos pela sociedade como exemplo a ser seguindo, problematizando-os para desconstruí-los. Ao mesmo tempo, faz-se necessário apresentar exemplos, com imagens, filmes e com outras mídias representativas, que abordem assuntos pertencentes ao cotidiano dos adolescentes. Adiante, no capítulo 8, será detalhada como é a relação da mídia com padrões de beleza.

O tema da dravidez na adolescência é de extrema pertinência do trabalho para a formação continuada, principalmente ao identificar que 15% das mães de bebês, no Brasil, são menores de 20 anos de idade (IBGE, 2019). O alto número de adolescentes grávidas pode estar relacionado a diversos fatores, entre eles, a inacessibilidade a preservativos e a falta da

educação sexual preventiva. Silva (2016), ao analisar os motivos que levam os/as adolescentes a praticarem o sexo sem preservativos, concluiu que: existe o desejo inconsciente da adolescente de ser reconhecida como mulher, através da maternidade; a idealização do amor romântico que desconsidera o risco da gravidez, na relação sexual; e a “virilidade masculina”, que é expressa em comportamentos que são fatores de risco para engravidar a adolescente.

Outro ponto importante é a educação sexual que tem sido trabalhada na escola, que, na maioria das vezes, oferece apenas informações científicas e profiláticas, não sendo colocada à disposição dos jovens, auxiliando os esclarecimentos sobre o assunto, entendendo que estes fazem parte do desenvolvimento da sexualidade de forma plena e saudável (CONCEIÇÃO et. al., 2001).

Nas escolas, existe a ideia de que a educação sexual deve ser mais rígida às alunas, uma vez que são elas que arcam com as consequências da gravidez. Há de fato uma forma diferente de lidar com a adolescente grávida e o adolescente que engravida, essas formas são pautadas em papéis e estereótipos de gênero. Com isso, surge a banalização da evasão das adolescentes grávidas, já que, segundo os papéis e estereótipos de gênero, são elas que devem cuidar da casa e da criança (SILVA, 2016). A escola, que deveria ser espaço de inclusão e rede de apoio, passa a ser excludente e estigmatizante da adolescente grávida.

Uma questão a ser pontuada é que, em muitos casos, a adolescente opta pela gravidez como forma de romper com a família, mudar de casa ou manter a relação com o parceiro. Por conta disso, utiliza-se o termo “gravidez na adolescência” e não “gravidez indesejada/precoce” (MAIA, 2007).

Ao falar sobre gravidez, é comum lembrar dos métodos contraceptivos, mas além do caráter preventivo à gestações, alguns são eficazes para evitar Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Com os avanços tecnológicos, atualmente, foram muitas opções de anticoncepcionais ao mercado consumidor, sendo eles abordados a seguir. Os métodos de barreira são aqueles que impedem que os espermatozoides entrem na vagina ou no ânus, como por exemplo, a camisinha peniana e a camisinha vaginal. Já os contraceptivos hormonais são aqueles que impedem a liberação de ovócitos pelos ovários, como os anticoncepcionais orais, a pílula do dia seguinte, a injeção e os adesivos. Adicionalmente, existem os métodos cirúrgicos como a laqueadura (corte das tubas uterinas) ou a vasectomia (corte dos canais deferentes) (HOGA, 2013).

Mas é importante enfatizar que, diante todos estes métodos, somente as camisinhas peniana e vaginal são efetivas na prevenção às IST (HOGA, 2013). Outra forma de evitar a gravidez, porém bastante discutida, é a abstinência sexual que, antigamente, era muito

incentivada por conta dos ideais morais e religiosos e também por conta do difícil acesso aos métodos contraceptivos. O tema voltou a ser discutido em 2020, quando o governo brasileiro propôs a abstinência ou o adiamento da vida sexual como outra forma de prevenção (CABRAL; BRANDÃO, 2020).

De acordo com Cabral e Brandão (2020), a abstinência sexual pode ser uma possibilidade legítima para qualquer pessoa, porém tem caráter pessoal. Estabelecer tal método como política pública não condiz uma sociedade democrática, pois desrespeita vontades e desejos individuais. Além disso, as autoras demonstram que não há comprovações científicas de que tais políticas sejam efetivas, sendo que os resultados de seus estudos demonstram que o retardo da vida sexual pode ser, no máximo, de dois anos, e que há um aumento na probabilidade da pessoa não utilizar métodos contraceptivos ao iniciar a prática sexual.

Outra política pública existente no combate às ISTs é a “Prevenção Combinada”, que foi adotada pelo Governo Federal em 2013, que se refere à combinação de várias estratégias de prevenção. A abordagem visa reunir a testagem de IST, a profilaxia (uso de preservativos), o exame de HIV no pré-natal, a redução de danos nos casos positivos, o tratamento e as políticas públicas, sendo que estes componentes podem mudar de acordo com a organização proponente (FERRAZ, 2016). De acordo com Ferraz (2016), apesar da Prevenção Combinada abranger diversos fatores importantes, ainda deixa de lado fatores sociais de vulnerabilidade que precisam de atenção, como a homofobia e a discriminação baseada na identidade de gênero.

Tendo em vista a importância de cada um dos temas relacionados à adolescência, será apresentada a seguir uma proposta de encontro de formação. O planejamento deste evento foi elaborado a partir de alguns objetivos: 1) traçar paralelos entre as características da sexualidade na infância (vide capítulo anterior) e da sexualidade na adolescência; 2) apresentar aos/às participantes o desenvolvimento da sexualidade na adolescência; 3) discutir os conceitos de virgindade e da primeira relação sexual, bem como a romantização dos corpos e das relações sexuais; 4) problematizar a gravidez na adolescência e refletir sobre suas implicações na vida escolar; e 5) apresentar formas emancipatórias de abordar a contracepção e os métodos de prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST).

Conteúdo	Atividades	Materiais	Tempo (min)
1) Intersecção entre Sexualidade na Infância e na Adolescência	Fazer uma ponte entre Sexualidade na Infância e na Adolescência	Apresentação em Power Point	20 min

2) Período da adolescência	Exposição dialogada (breve apresentação do que é a adolescência, quais as mudanças ocorrem nesse período e discutir mudanças corporais (puberdade, menstruação))	Apresentação em Power Point	15 min
3) Discussão sobre virgindade	Momento cinema: apresentação de cena de uma série para discussão sobre a virgindade e a repressão sexual	Apresentação da série <i>Jane the Virgin</i> (2014)	30 min
4) Discussão sobre primeira vez	Momento cinema: apresentação de duas cenas da primeira vez para discussão, sendo uma romantizada e outra com as possíveis dificuldades e os impasses que podem acontecer	Apresentação dos filmes: <i>Segundas intenções</i> (1999) e <i>Simplesmente acontece</i> (2014)	30 min
5) Discussão sobre estereótipos e padrões	Exposição dialogada (discussão sobre os padrões estabelecidos sobre sexo, relações sexuais e corpos)	Apresentação em Power Point	25 min
6) Escola e Gravidez na adolescência	Exposição dialogada (apresentação breve sobre as implicações da gravidez na adolescência para a vida escolar)	Apresentação em Power Point	15 min
7) Prevenção: contracepção, prevenção combinada e ISTs	Apresentação de formas emancipatórias de abordar a contracepção, prevenção combinada e as ISTs na escola	Apresentação em Power Point	10 min
8) Indicações	Apresentação de possíveis literaturas, filmes e séries que possam ser utilizadas para a discussão dos temas abordados neste encontro	Apresentação em Power Point	10 min
9) Avaliação do encontro	Diálogo interrogativo (perguntas avaliativas sobre o evento e espaço para sugestões de melhorias)	Apresentação em PowerPoint	10 min

Fonte: elaborado pelas autoras

Conteúdo 1: Intersecção entre Sexualidade na Infância e Sexualidade na Adolescência

No primeiro tópico, é indicado ao mediador do encontro apresentar a relação entre os dois momentos de desenvolvimento (a infância e a adolescência), trazendo para discussão as especificidades de cada fase. O objetivo da discussão é destacar a importância da educação sexual emancipatória desde a infância, tendo em vista que os indivíduos possam, desde muito

novos, desenvolver repertório para falar sobre sexualidade. Esta dinâmica possibilita os diálogos a respeito do assunto com mais facilidade no período da adolescência, amenizando o tabu, o medo e o constrangimento associados a ele.

Conteúdo 2: Período da adolescência

O segundo conteúdo do encontro busca trazer a visão da sexualidade na adolescência, pensando os seus fenômenos físicos, emocionais, sociais e psicológicos próprios desta fase de tantas mudanças. É indicado ao mediador apresentar os conceitos de puberdade e de adolescência, evidenciando que estes dois fenômenos podem estar relacionados entre si, mas destacando a diferença que há entre eles. Em função da conceituação dessas duas instâncias, é importante ressaltar que, na literatura, há ausência de consenso acerca do início e do término do período da adolescência, mas, comumente, aceita-se como começo o despontar das características sexuais secundárias e como fim o momento em que a sociedade passa a ver o indivíduo como adulto (MAIA, 2007).

Ainda no mesmo tópico, discute-se a masturbação na adolescência, que difere-se manipulação genital na infância, com caráter sexual, acompanhando as descobertas do corpo, das emoções e dos prazeres, e acompanha o aumento da produção de hormônios sexuais, do amadurecimento dos órgãos genitais e das funções reprodutoras do corpo. Apesar de ser comum e fazer parte da idade, a masturbação é acompanhada de tabus.

O mediador pode reforçar aos participantes a necessidade de informar aos adolescentes a respeito das mudanças com seu corpo, com o intuito de diminuir tabus, mitos e fantasias em relação à masturbação, como, por exemplo, a ideia de que é algo proibido/sujo, que faz crescer espinhas, pelos nas mãos, etc.

Conteúdo 3: Momento Cinema - discussão sobre a virgindade

Como forma de dinamizar o encontro, sugere-se a utilização de filmes, vídeos e outras atividades, citando como exemplos as apresentações de cenas da série *Jane the Virgin* (2014) e dos filmes *Segundas Intenções* (1999) e *Simplesmente Acontece* (2014).

A apresentação dos primeiros minutos da série *Jane the Virgin* (2014) pode ser um disparador para a discussão da temática sobre a virgindade. A cena retrata uma conversa entre a personagem Jane e sua avó, na qual a senhora fala à neta sobre relação sexual, o que pode provocar uma discussão sobre os temas: a repressão familiar sobre a sexualidade; o medo de perder a virgindade; a religião e a repressão sexual; a ideia de família e a necessidade da

castidade em algumas religiões; a moral social da mulher relacionada à virgindade; a perda da virgindade como fato negativo para a mulher e como ganho positivo para o homem; a não explicação correta sobre a virgindade e o sexo; e os sentimentos de culpa. O mediador pode relacionar os pontos trazidos pelos participantes a fim de abranger a discussão por diversos tópicos.

Conteúdo 4: Momento Cinema - primeira vez

Para trabalhar o tema da “primeira vez”, há duas cenas, uma do filme *Segundas Intenções* (1999) e outra do filme *Simplemente Acontece* (2014), sendo que cada uma retrata um tipo de relação sexual entre um casal heterossexual e, através da discussão, é possível elencar similaridades entre ambas. As semelhanças estão na prevalência do prazer masculino, na pouca preocupação com o prazer feminino, na relação entre o amor e o sexo (as cenas mostram sexo dependente da existência do amor), na heteronormatividade, nos padrões estéticos estabelecidos para o corpo, na idealização da primeira vez, etc.

Conteúdo 5: Discussão sobre estereótipos e padrões

Pensando então na primeira relação sexual e nos mitos que rondam o sexo, é sugerido que o mediador evoque uma discussão sobre o sexo e sobre a necessidade de desconstruir os mitos sobre o assunto para que haja, efetivamente, a transmissão de informações corretas, científicas e seguras para os adolescentes, conhecimentos que não reproduzam discursos padronizadores do sexo e do corpo, mas que quebrem e problematizem as normas estabelecidas.

Conteúdo 6: Gravidez na Adolescência: implicações para a vida escolar

Como dito anteriormente, a gravidez na adolescência está presente em todas as escolas e, com isso, surgem os desafios da jovem grávida e do futuro pai no ambiente escolar. Logo, o intuito de trabalhar o tema não objetiva a culpabilização das meninas, mas é iniciativa para pensar sobre o quanto a gravidez impacta a vida e a fase escolar, como os meninos não são incluídos na conta da situação e como a escola pode intervir sobre essa temática.

Para viabilizar o trabalho, é possível apresentar algumas estatísticas que demonstram alguns impactos da gravidez na adolescência para jovens em fase escolar. É importante trazer algumas fantasias e conceitos imaginários sociais que envolvem a maternidade, a gravidez, o amor romântico e a ideia de virilidade masculina, que podem levar ao não uso dos métodos contraceptivos. Em seguida, é recomendável que haja uma discussão sobre as situações que

acontecem na escola, como a aparição de encontros de educação sexual somente após a presença de adolescentes grávidas, a compreensão do porquê do assunto gravidez só envolver as meninas, a banalização da evasão escolar de adolescentes grávidas e o estigma sobre a menina e seu(s) filho(s).

Por fim, é sugerida uma discussão com todos os participantes sobre a importância do papel da escola, dos dirigentes e dos professores na diminuição das vulnerabilidades, na transmissão de informação e na quebra de exclusões e estigmas que recaem sobre as adolescentes grávidas.

Conteúdo 7: Prevenção: contracepção, prevenção combinada e IST

É indicado ao mediador apresentar as formas de prevenção da gravidez e de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), lembrando que somente as camisinhas masculina e feminina são efetivas na proteção contra IST e ressaltando o método da prevenção combinada como uma forma importante e acessível, que engloba aspectos pessoais e coletivos. Além disso, neste conteúdo, pode-se discutir acerca da forma de abordagem destes temas com os adolescentes, sempre de forma honesta, transparente e transmitindo informações que tenham base científica.

Conteúdo 8: Avaliação do encontro

Ao final do encontro, mantendo o formato das reuniões anteriores, os participantes são provocados a opinarem sobre o andamento e as dinâmicas, dizendo se foram proveitosas, se as discussões atenderam as demandas, se os filmes exemplificam as temáticas discutidas, etc.

Material de apoio

BORTOLOZZI, A.B. (Org). **Educação Sexual com e para adolescentes: aspectos teóricos e práticos**. Araraquara, SP: Padu Aragon, Editor: 2020

BRULLER, Z.; BRULLER, H. **Aparelho Sexual e CIA: um guia ilustrado para crianças descoladas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Disponível em: <https://issuu.com/celsorodrigobranicio/docs/o_livro_que_bonsonaro_n_o_pode_most>. Acesso em: 16 de nov. 2020.

HOGA, L. A. K. (org). **Vamos falar sobre sexualidade?** Material educativo para promover a saúde sexual e reprodutiva na adolescência. São Paulo: EEUSP, 2013. Disponível em: <http://www.ee.usp.br/cartilhas/cartilha_sexualidade.pdf>

MIZUNUMA, S. **Caderno de orientações para o desenvolvimento da educação sexual com abordagens científicas e o auxílio da literatura infanto juvenil**. Ponta Grossa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2337/2/PG_PPGECT_M_Mizunuma%2C%20Samanta_2017_1.pdf> Acesso em: 16 de nov. 2020.

TEDx Talks. **A fraude da virgindade** | Nina Dølvik Brochmann & Ellen Støkken Dahl | TEDxOslo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fBQnQTkhsq4>>. Acesso em: 16 de nov. 2020.

TEDx Talks. **A prevenção tem que ser combinada** | Gabriel Estrela | TEDxBrasilia. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Kowd4QITG2I>>. Acesso em: 16 de nov. 2020.

UNAIDS. **Prevenção Combinada do HIV**. S/d. Disponível em: <https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2018/11/preven%C3%A7%C3%A3o_combinada.pdf>. Acesso em: 16 de fev. de 2021.

Referências

CABRAL, C. S.; BRANDÃO, E. R. Gravidez na adolescência, iniciação sexual e gênero: perspectivas em disputa. **Cad. Saúde Pública** 2020; 36(8):e00029420. Disponível em: <<https://scielosp.org/pdf/csp/2020.v36n8/e00029420/pt>> Acesso em 25 de julho de 2021.

CONCEIÇÃO, M. O. C.; LOPES, C. P. A.; SOUZA, R. P.; PATEL, B. N. Sexualidade na adolescência: desenvolvimento, vivência e propostas de intervenção. **Jornal de Pediatria** - Vol. 77, Supl.2, 2001. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-315117>> Acesso em 28 de julho de 2021.

DINIS, N.; LUZ, A. A. Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 30, p. 77-87, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602007000200006&lng=en&nrm=iso> Acesso em 28 de julho de 2021.

FERRAZ, D. Prevenção combinada baseada nos direitos humanos: por uma ampliação dos significados e da ação no Brasil. **Boletim ABIA**, Rio de Janeiro, n. 61, p. 9-12, 2016. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/43623>> Acesso em 29/07/2021.

GAGLIOTTO, G. M.; LEMBECK, T. Sexualidade e adolescência: a educação sexual numa perspectiva emancipatória. *Educere et Educare* – **Revista de Educação**, v. 6, n. 11, 1º semestre de 2011, Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/4802>> Acesso em 28 de julho de 2021.

GUERRA, V. M.; ANDRADE, F. C. B.; DIAS, M. R. Atitudes de estudantes universitários frente ao consumo de materiais pornográficos. **Estudos de Psicologia**, v. 29, n. 2, p. 269-277, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/epsic/a/sDc4SmS8mHZJHf64pBvTyCv/abstract/?lang=pt>> Acesso em 28 de julho de 2021.

HOGA, L. A. K. (org). **Vamos falar sobre sexualidade?** Material educativo para promover a

saúde sexual e reprodutiva na adolescência. São Paulo: EEUSP, 2013. Disponível em: <http://www.ee.usp.br/cartilhas/cartilha_sexualidade.pdf> Acesso em 28 de julho de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatística do Registro Civil. **Estat. Reg. civ.**, Rio de Janeiro, v. 46, p. 1-8, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2019_v46_informativo.pdf> Acesso em 23 de julho de 2021.

MARTINS, C. B. G.; ALMEIDA, F. M.; ALENCASTRO, L. C.; MATOS, K. F.; SOUZA, S. P. S. Sexualidade na adolescência: mitos e tabus. **Cienc. enferm.** [online], v.18, n.3, pp.25-37, 2012. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0717-95532012000300004&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 27 de julho de 2021.

MAIA, A. C. B. Reflexões sobre sexualidade na adolescência. **Psicopedagogia online: Portal da educação e saúde.** 2007.

RENZI, C. M. A.; DONADON, D. B. Jane the virgin: discussões sobre o tabu da virgindade e a repressão sexual. In: BORTOLOZZI, A. C.; BOSCO, M.; CARVALHO, L. R. S. **Leituras sobre a sexualidade em filmes: feminilidades, masculinidades e transgeneridades.** Vol. 5. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020, p. 115-132. Disponível em: <<https://pedroejoaoeditores.com/2020/05/07/leituras-sobre-a-sexualidade-em-filmes-feminilidades-masculinidades-e-transgeneridades-volume-5/>> Acesso em 28 de julho de 2021.

SILVA, D. R. Q. da. Exclusão de adolescentes grávidas em escolas do sul do Brasil: uma análise sobre a educação sexual e suas implicações. **rev.estud.soc.**, Bogotá, n. 57, p. 78-88, Sept. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-885X2016000300007&lng=en&nrm=iso> Acesso em 28 de julho de 2021

Capítulo 5

Luta por Direitos

Na história da humanidade, os direitos humanos e universais foram escritos a partir da necessidade de delimitar as condições de vida fundamentais aos seres humanos, após o mundo viver um grande momento de fome, sofrimento e destruição, a Segunda Guerra Mundial. Assim, a Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada a fim de instaurar uma colaboração internacional entre vários países para manter a paz e a segurança mundiais. Sob esta organização, foi redigida a declaração universal dos direitos humanos, proclamada em 10/12/1948, na Assembleia Geral das Nações Unidas. O documento foi instituído como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e as nações signatárias, buscando garantir os direitos fundamentais, a dignidade, o valor humano, a igualdade de direitos, a liberdade e a justiça (UNIC/RIO, 2009; UNIC/RIO s/d).

Essa carta internacional incentivou e ofereceu base à criação dos direitos de cada país. No caso do Brasil, a declaração orientou a elaboração da constituição federal, que por sua vez fundamentou outras leis nacionais, dentre elas, as leis de defesa dos direitos sexuais, os direitos reprodutivos, os direitos das mulheres, das crianças e dos adolescentes, que passaram a ser nacionalmente representadas, por exemplo pela a Lei Maria da Penha e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Estas leis foram elaboradas para garantir o respeito às dignidades fundamentais destas populações, a igualdade entre os gêneros e a liberdade, um grande avanço, pois, convém lembrar que, na história mundial e brasileira, nem sempre os direitos ligados à sexualidade e à mulher foram considerados direitos humanos básicos.

A conquista pelos direitos das mulheres enquanto fundamentais pelas organizações internacionais é recente, e foi resultado de muitas reivindicações e da pressão de movimentos sociais às gestões governamentais e aos agentes internacionais. Somente no final do século XX, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU) passaram a discutir e delimitar melhor o que seria saúde sexual e reprodutiva, assim como os direitos sexuais e reprodutivos, garantia de uma saúde digna. Em 1993, a ONU, na Declaração de Viena, estabeleceu os direitos das mulheres como parte dos direitos humanos (GALLI; ROCHA, 2014; UNHR, 1993). Seguindo os debates, foi criada e efetivamente reconhecida a terminologia *Direitos Sexuais e Reprodutivos*, a partir da Conferência Internacional sobre a População em Desenvolvimento (CIPD), no ano de 1994, no Cairo (CAIRO, 1994).

Analisando a curta história de compreensão dos direitos sexuais, reprodutivos e das mulheres como direitos humanos (apesar de ter sido longo o período de lutas e de discussões das pautas feministas), é possível compreender que a proteção de tais direitos deve garantir a *saúde sexual*, que é conceituada enquanto

o estado de bem-estar físico, emocional, mental e social relacionado à sexualidade; não se refere à mera ausência de doenças, disfunções ou enfermidades (...) a possibilidade de ter experiências sexuais seguras e prazerosas, sem coerção, discriminação e violência (OMS, 2020, p.15).

Além disso, pode-se entender e garantir a *saúde reprodutiva* que, dentre outros aspectos, envolve dar possibilidades para que “a pessoa possa ter uma vida sexual segura e satisfatória, tenha a capacidade de reproduzir e a liberdade de decidir sobre quando, e quantas vezes o deve fazer” (CAIRO, 1994, p.62), além de também incluir “seu direito de adotar decisões relativas à reprodução sem sofrer discriminação, coações nem violências, em conformidade com o que estabelecem os documentos relativos aos direitos humanos” (PEQUIM, 1995, p. 178).

Diante dos assuntos sobre sexualidade e reprodução, recomenda-se o uso de uma abordagem positiva, pensando-se no que há de prazeroso, de benéfico e de importante no desenvolvimento e nas escolhas sexuais e reprodutivas das pessoas (OMS, 2020). A finalidade de um olhar sobre a saúde sexual compreende “a intensificação das relações vitais e pessoais e não simples aconselhamento e assistência relativos à reprodução e a doenças sexualmente transmissíveis” (CAIRO, 1994, p.62)

Como país participante de tais conferências realizadas, o Brasil também comprometeu-se com a garantia e a efetivação dos direitos mencionados anteriormente, estando sob uma pressão substancial, não só por tais acordos internacionais, mas pelas reivindicações dos movimentos das feministas, dos pesquisadoras(es), dos conselhos da classe médica, dos sanitaristas, dos demógrafos e dos estudiosos do planejamento reprodutivo, construindo-se assim as políticas públicas de saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos (OMS, 2020; BRASIL, 2013; LYRA; DANTAS, 2019). Um exemplo desta política pública é o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) de 1984, que surgiu para promover a atenção à mulher de forma ampla, integral e ao longo de todo o ciclo vital, um marco para os direitos sexuais e reprodutivos no Brasil, ampliando o olhar sobre as possibilidades de vivência do corpo e da sexualidade das mulheres, indo para além do ciclo gravídico-puerperal (BRASIL, 2013).

Em 2004 e 2005, retomando as políticas públicas de saúde, o Brasil elaborou, respectivamente, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e a Política Nacional dos Direitos Sexuais e Reprodutivos (BRASIL, 2013), assim, o país demonstrou o seu compromisso em garantir atenção em saúde ampla e de acordo com as diretrizes internacionais, visando a:

[...] oferta de métodos anticoncepcionais reversíveis no SUS, incentivo à implementação de atividades educativas em saúde sexual e saúde reprodutiva para usuários(as) da rede SUS; capacitação dos profissionais da Atenção Básica em saúde sexual e saúde reprodutiva; ampliação do acesso à esterilização cirúrgica voluntária (laqueadura tubária e vasectomia) no SUS; implantação e implementação de redes integradas para atenção às mulheres e aos adolescentes em situação de violência doméstica e sexual; ampliação dos serviços de referência para a realização do aborto previsto em lei e garantia de atenção humanizada e qualificada às mulheres em situação de abortamento; entre outras ações (BRASIL, 2013, p.20).

Essa política aborda a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil, assim como a proibição do controle demográfico, postulado na Constituição de 1988, e a Lei nº 9.263/1996, enfatizando o direito das pessoas de decidirem sobre sua reprodução (BRASIL, 2013). Além disso, a Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006), elaborada a fim de proteger e prevenir violência doméstica e familiar contra a mulher, foi marco importante para a proteção e garantia de uma vida reprodutiva e sexual digna, sem violência, discriminação e/ou coerção (BRASIL, 2006).

A partir das novas regulamentações legais, observou-se a preocupação com temáticas ligadas à saúde sexual e reprodutiva, em um espaço ampliado, não estando mais restrito ao campo dos movimentos sociais, feministas e de mulheres, mas, efetivamente, um fortalecimento de direitos já adquiridos no campo internacional, dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro (LYRA; DANTAS, 2019).

Ainda que haja legislação sobre a garantia de direitos sexuais e reprodutivos, a quebra desses ainda ocorre no Brasil. Dados mostram que dos atendimentos no SUS, referentes à Violência Doméstica, Sexual e/ou outras Violências, dois em cada três casos são de mulheres (WAISELFISZ, 2012). Em 2021, 58,8% dos crimes de estupro de vulnerável são de meninas menores de 13 anos (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022). Considerando o propósito do e-book em questão, dentre as situações em que os direitos sexuais e reprodutivos são violados, destacam-se cinco tipos de violência contra a mulher e a violência sexual infanto-juvenil.

O primeiro tipo de violência contra a mulher diz respeito à violência física, que é entendida como qualquer conduta que fere seu corpo. O segundo trata da violência psicológica, entendida como qualquer conduta que fere seu emocional, degradando ou controlando suas

ações mediante qualquer meio (ameaça, chantagem, humilhação, etc). O terceiro tipo diz respeito à agressão sexual, que é entendida como qualquer conduta que obrigue a mulher a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, bem como a induza a comercializar sua sexualidade ou a impeça de usar qualquer método contraceptivo, incluindo atitudes que a force ao matrimônio, à gravidez ou ao aborto, mediante qualquer meio. A quarta forma de violência diz respeito à patrimonial, incluindo qualquer conduta que retenha, diminua ou destrua parcial ou totalmente os bens e os recursos da mulher. O quinto e último tipo refere-se à violência moral, que é entendida como qualquer conduta que faça a vítima ser objeto de calúnia, difamação ou injúria (VIZA; SARTORI; ZANELLO, 2017).

A violência sexual infanto-juvenil pode caracterizar-se como abuso sexual ou exploração sexual, sendo constituídas por ações que utilizam de crianças e adolescentes para a prática de qualquer ato de natureza sexual ou para fins sexuais mediados por lucro. Na prática, este crime acontece quando há estimulação sexual, e toques sexuais, estupro, ato de desnudar e esfregar o corpo, prostituição, pornografia, tráfico sexual e turismo com motivação sexual (BRASIL, s.d., p. 9-10; COSTA, 2009). Seus principais autores costumam ser íntimos da criança e do adolescente, como pais, padrastos, tios, avôs, conhecidos da família e vizinhos - fato que faz com que o principal local de sua ocorrência seja o domicílio e os mantenedores da violência contra crianças e adolescentes são: a ameaça, a incitação, o medo, a manipulação psicológica e o pacto de silêncio . Essas condutas colaboram para que a violência seja constante, ocorrendo mais de uma vez ou diariamente e se perpetuando por longos períodos, às vezes anos (BRASIL, s.d; COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018; COSTA, 2009; VAGLIATI; GAGLIOTTO, 2014).

Os principais indicadores que as vítimas de violência sexual infanto-juvenil apresentam são: ansiedade, profunda tristeza e abatimento; baixa autoestima; distúrbios do sono e da alimentação; comportamento sexual explícito e incompatível com a idade - brincadeiras sexuais agressivas e manipulação genital/masturbação exacerbada; pouca sociabilidade; reduzido rendimento escolar; relutância em voltar para casa depois da escola; falta de interesse no brincar; hematomas, ferimentos, infecções, assaduras, alergias e dor na genitália; mudança de comportamento extrema e súbita, como agressividade, apatia, isolamento e regressão à comportamento infantil inferior à idade; culpa, angústia e medo (VAGLIATI; GAGLIOTTO, 2014).

Optou-se por informar sobre os diferentes tipos de direitos sexuais e reprodutivos, considerando a educação como a principal ferramenta para sua manutenção, além de ser a partir desse conhecimento, que é possível a identificação de situações de quebra e violações

destes, identificando a necessidade de defender o bem-estar e a dignidade humana. Nesse sentido, visando proteger os indivíduos e o direito à livre e plena experiência da sexualidade, a sociedade, como um todo, deve adotar postura ativa de forma a prevenir, impedir e reparar danos de violências contra a mulher, crianças e adolescentes.

Ao falar sobre a conscientização sobre os direitos sexuais e reprodutivos para identificar situações de violação, de modo a preveni-las e coibi-las, é imprescindível reforçar o papel da escola enquanto protagonista desse movimento. Enfatiza-se tal ponto, uma vez que a instituição escolar tem o dever de contribuir para a formação de sujeitos que possam exercer a cidadania com plenitude, vivendo a sexualidade da maneira que acharem melhor, tendo consciência de seus atos e respeitando o próximo (MAIA, 2010). Para isso, é fundamental que a escola oriente, ensine, informe, discuta, reflita e questione, junto à comunidade, as mais variadas questões referentes à sexualidade (MAIA, 2011).

Ademais, o protagonismo da escola, no movimento em questão, encontra suporte jurídico, desde que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) decretou que a garantia dos direitos dessa parcela da população é de responsabilidade, não só da família, mas da sociedade civil e do Estado, o que inclui suas instituições (BRASÍLIA, 2022). Em última análise, a escola deve assumir papel ativo em relação ao assunto, considerando também o fato de ser um lugar onde pode haver a manifestação dos sinais de violências (BARBOSA, 2008 apud VAGLIATI; GAGLIOTTO, 2014), haja vista a quantidade de tempo que crianças e adolescentes passam na instituição e o constante contato que ela tem com o restante da comunidade escolar.

Sendo assim, defende-se que, no ambiente educacional, temas sobre sexualidade devem ser abordados, desde sempre, conforme discussão aprofundada nos capítulos 3 e 4. É essencial falar sobre ajuda à criança e adolescente, sentir abertura para conversar sobre o tema e procurar auxílio de um adulto em caso de violência. Neste sentido, considera-se que a escola é capaz de prevenir violências, de construir um espaço seguro para o compartilhamento de queixas, a partir da confiança e do não julgamento, de respaldar as vítimas e de problematizar as situações que, por vezes, acontecem nesse espaço. Desse modo, a instituição escolar atua para garantir a manutenção dos direitos sexuais e reprodutivos de todos que a compõem, assegurando o acesso à informação (VAGLIATI; GAGLIOTTO, 2014; SPAZIANI; BORTOLOZZI MAIA, 2015).

Prevenir [a violência sexual] envolve educar para a sexualidade, fazendo com que a criança, desde pequena, saiba discernir um ato de violência, assim como a se autoprotger, garantindo o seu direito de dizer “não” às investidas sexuais do/a perpetrador/a, bem como revelando o segredo solicitado a alguém de sua confiança (SPAZIANI; BORTOLOZZI MAIA, 2015, p. 62).

No que diz respeito à ocorrência de alguma violência e ao respaldo da vítima, é indispensável que a escola o faça em duas etapas: a partir do acolhimento e da denúncia. Para que o acolhimento se realize, é necessário dar verdade ao relato da vítima, ou seja, acreditar e oferecer suporte ao seu relato, agradecer a confiança por compartilhar o ocorrido - reforçando a importância da procura por ajuda - e explicitar que a violência não é sua culpa.

Além disso, é importante perguntar os fatos imprescindíveis para a denúncia, sem que haja questionamentos minuciosos que possam levar a vítima a lembrar a situação inúmeras vezes, o que acabaria por revitimizá-la. Para ampliar a rede de acolhimento e atendimento do caso é necessário buscar as redes de apoio possíveis, como família, comunidade, clínicas escola de psicologia e Unidades Básicas de Saúde (UBS) para acompanhamentos psicológicos, além de advogado, defensoria pública ou qualquer outra ajuda jurídica para a proteção legal (FREITAS; MORAIS, 2019; PINHEIRO; OSHIRO, 2019).

Para que a denúncia acerca de casos de violência contra a mulher se realize, é primordial o contato com instituições: Disque 180; Delegacia da Mulher; Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Casa da Mulher e Disque 190. Para que a denúncia acerca de casos de violência sexual infanto-juvenil se efetive, é preciso o contato com outras instituições, como CREAS; CRAS; Conselho Tutelar; Disque 100; delegacias especializadas ou comuns e Polícia Militar, Federal ou Rodoviária Federal (BRASIL, s/d.).

Assuntos sobre violações de direitos e violências devem ser abordados com muita sinceridade e com acolhimento por professoras e por educadores, a fim de compreender a dificuldade dos sujeitos acessarem estes conteúdos, por já terem sido vítimas, autores ou por terem presenciado violências do gênero. Nesse sentido, é importante informar sobre o tema do encontro antecipadamente e entender que algumas pessoas podem não se sentirem à vontade em participar, além de acolher as que queiram relatar experiências de vida relacionadas ao tema, tomando os devidos encaminhamentos para que o encontro mantenha seu objetivo formativo.

Segue abaixo, um breve planejamento de encontro para trabalhar a formação de professores para que saibam lidar com o tema dos direitos sexuais e reprodutivos da criança e do adolescente e com as violências fruto da quebra desses direitos.

Conteúdo	Atividades	Materiais	Tempo (min)
-----------------	-------------------	------------------	--------------------

1) Saúde Sexual e Reprodutiva e educação	Exposição dialogada (apresentação dos direitos sexuais e reprodutivos e quais as suas intersecções com a escola e a educação)	Apresentação em PowerPoint	15 min
2) Quebra de direitos e violências	Exposição dialogada (apresentação inicial sobre importância de conhecer os direitos e quais são as situações de violações, assim como a conceituação teórica de quais são os tipos de violência, o que inclui a apresentação de vídeo que exemplifica quais são essas diferentes formas de violência)	Apresentação em PowerPoint e apresentação do vídeo <i>Combate à Violência Contra Mulher “#JuntosContraAViolencia”</i> (CANAL GNT, 2020)	15 min
3) Formas de manifestação da violência: Relacionamento abusivo	Exposição dialogada (apresentação da conceituação teórica do que é e de forma é possível à identificação e aparecimento na escola).	Apresentação em PowerPoint	20 min
4) Formas de manifestação da violência: violência de gênero e doméstica	Exposição dialogada (apresentação da conceituação teórica do que é e formas de identificação e de aparecimento na escola).	Apresentação em PowerPoint	20 min
5) Formas de manifestação da violência: Abuso sexual infanto-juvenil	Exposição dialogada (apresentação da conceituação teórica do que é e formas de identificação e de aparecimento na escola).	Apresentação em PowerPoint	20 min
6) Momento Cinema	Apresentação de uma cena de uma série para discussão sobre a abordagem nos casos de violência	Apresentação da série <i>Inacreditável</i> (NETFLIX, 2019) - cena 1 (temp. 1, ep. 1; 01:40 - 04:40) e cena 2 (temp. 1, ep. 1 05:20 - 10:30)	20 min
7) Denúncia e acolhimento: como e onde fazer	Exposição dialogada (apresentação dos principais canais de denúncia e de formas de se acolher a vítima)	Apresentação em PowerPoint	15 min
8) Prevenção através da educação sexual	Exposição dialogada (apresentação da educação sexual como forma de prevenção, trazendo exemplos práticos através de materiais, livros,	Apresentação em PowerPoint	15 min

	vídeos, jogos e dinâmicas, para se trabalhar o tema na escola)		
9) Avaliação do encontro	Diálogo interrogativo (perguntas sobre avaliação do encontro e sugestões de melhorias)	Apresentação em PowerPoint	10 min

Conteúdo 1: Saúde Sexual e Reprodutiva e educação

Importante tópico para situar os participantes sobre quais são os direitos sexuais e reprodutivos e qual a relação com a escola e sua responsabilidade na garantia desses direitos e para pontuar a necessidade de identificação dos direitos para que assim seja possível identificar a quebra dos mesmos. Além disso, reconhecer os direitos é buscar por caminhos e estratégias coletivas e dentro da comunidade escolar para que sejam garantidos.

Conteúdo 2: Quebra de direitos e violências

Oferta de informações sobre quais são os tipos de quebras de direitos e especificações de violências (física, psicológica, sexual, patrimonial e moral). Esta transferência de informações tem o intuito de dar ferramentas às professoras e aos professores para que consigam não só identificar essas situações, mas também saber transmitir tais informações. De acordo com a definição, favorecer debates entre os presentes para saber o que consideram importante, identificando na prática, como traduzem tais violências, assim como faz o vídeo *Combate à Violência Contra Mulher “#JuntosContraAViolencia”* (2020).

Conteúdo 3: Formas de manifestação da violência - Relacionamentos abusivos

Definir e conceituar relacionamentos abusivos e identificar quais são os comportamentos nestes tipos de relação, pontuando a importância de discutir este tema na adolescência e reconhecer que os jovens estão vulneráveis aos abusos, principalmente, nas primeiras experiências sexuais e relacionais, por não conhecerem ou não terem ainda sido ensinados sobre violências e abusos.

Conteúdo 4: Formas de manifestação da violência - violência de gênero e doméstica

Continuando a descrever formas de violências possíveis e como se manifestam, ~~trazer~~ pode-se apresentar as diversas formas de violência de gênero: o assédio sexual, a importunação sexual, a violência sexual, o feminicídio, a violência online e a violência doméstica e familiar.

Com o aprofundamento do tema da violência doméstica, é pertinente mostrar os âmbitos em que costuma ocorrer e os indicadores ou sintomas comuns de suas vítimas, definir como ocorre o ciclo da violência contra a mulher e as maneiras de quebrar o ciclo, a partir da psicoterapia, do fortalecimento da mulher e de sua rede de apoio, em trabalho conjunto com a Rede Assistencial (CRAS e CREAS), com o SUS, com a Casa da Mulher, dentre outros equipamentos. Essa explicitação é necessária, pois entende-se que essa violência pode perpassar a vida de crianças e de adolescentes, estudantes das escolas, além de suas mães, cuidadores, responsáveis, das professoras ou dos professores da rede, vítimas desta violência e que também fazem parte da comunidade escolar.

Conteúdo 5: Formas de manifestação da violência - Abuso sexual infanto-juvenil

Uma das principais violências sofridas por pessoas entre zero e 17 anos (WAISELFISZ, 2015) no Brasil, a violência sexual infanto-juvenil é nesse tópico conceituada, explicada em suas possíveis formas de manifestação, principais autores da violência e seus *modus operandi* e os possíveis indicadores e sintomas apresentados por suas vítimas. Explicitar os motivos pelos quais trabalhar essa temática na escola é importante, considerando as estatísticas, o ECA e o fato da escola como espaço privilegiado de manifestação de indicadores e sintomas de tal violência.

Conteúdo 6: Momento Cinema

É sugerida a apresentação de duas cenas da série Inacreditável (NETFLIX, 2019), a fim de exemplificar formas acolhedoras e não acolhedoras de escuta de uma pessoa vítima de violência. O objetivo, neste momento, também é dar espaço para que os participantes reflitam coletivamente sobre as cenas, os casos de violência e a forma de acolhimento apresentadas.

Conteúdo 7: Denúncia e acolhimento - como e onde fazer

Nesse tópico é importante focar em caminhos legais para o encaminhamento de denúncias das diversas violências e violações de direitos debatidos no encontro, além de locais de busca por atenção à saúde física e psíquica da vítima, considerando as diretrizes nacionais e fluxos regionais de atendimento. Além disso, trazer formas possíveis de como acolher e ouvir uma pessoa vítima de violência.

Conteúdo 8: Prevenção através da educação sexual

A fim de demonstrar a imprescindibilidade do papel da escola na prevenção de violências e na garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, é indicado informar sobre a importância do diálogo constante sobre o tema da sexualidade entre a comunidade e agentes escolares, a fim de romper silêncios e tabus sobre o tema, garantindo local de maior vínculo e confiança. Além disso, é preciso trazer possibilidades de materiais a serem trabalhados com crianças, adolescentes, responsáveis e outros professores, a fim de debater, informar sobre a temática e realizar ações de prevenção às diversas violências.

Conteúdo 9: Avaliação do encontro

Deve-se perguntar aos participantes acerca do próprio debate (no que diz respeito ao conteúdo e às referências) e da forma como ele foi conduzido (considerando sua estrutura e a mediação feita para sua apresentação). Neste momento, perguntas são relevantes para identificar se a temática do encontro foi compreendida e se colaborou para a formação profissional dos envolvidos, além de corroborar para a realização de adequações necessárias para replicar o encontro.

Materiais de apoio

ARCADI, C. **Pipo e Fifi para bebês**: Prevenção de violência sexual para crianças de 0 a 3 anos. Instituto cores. Disponível em: <<https://www.pipoefifi.org.br/publicacoes-gratuitas>>

ARCARI, C. **Pipo e Fifi**: Ensinando proteção contra violência sexual. Editora Caqui; Curitiba, 2018.

ARCARI, C.; COSTA, L. M. L.; SCHERVENSKI, P. **TRILHA DA PROTEÇÃO** (jogo de tabuleiro). **Material PIPO E FIFI**. Instituto Cores. Disponível em: <<https://www.pipoefifi.org.br/publicacoes-gratuitas>>

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos; Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes** – Cartilha Educativa. Brasília, s.d. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/cartilha_educativa.pdf>

BRASÍLIA. **Estatuto da Criança e do Adolescente** - Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. BRASÍLIA: 2022.

COOLABORA. **Coolbox** - Jogos para a Igualdade de Género e Não-Violência. Edição CooLabora CRL: Covilhã, Portugal. 2018. Disponível em: <<http://sinergiased.org/index.php/revista/item/270>>

COOLABORA. **Coolkit** - Jogos para a Não-Violência e Igualdade de Género. Edição CooLabora CRL: Covilhã, Portugal. 2011. Disponível em: <<https://www.cidadaniaemp Portugal.pt/wp-content/uploads/recursos/coolabora/coolkit.pdf>>

CORES. **Pipo e Fifi para bebês.** (1:49), 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4H1D67u4Bj4>>

COSTA, L. R. D. **Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes:** Denuncie. Ajude-nos a Mudar Esta Página. Campanha de combate ao abuso sexual infanto juvenil. MPMT e Assembleia Legislativa: Cuiabá. 2009. Disponível em: <https://issuu.com/mpdemt/docs/abuso_sexual_contra_a_violencia_e_a>

FAFÁ CONTA HISTÓRIAS. **PIPO E FIFI** - prevenção de violência sexual para crianças - contação de histórias por Fafá conta (7:43), 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ecmU5B9N960>>

FAFÁ CONTA HISTÓRIAS. **PIPO E FIFI** - prevenção de violência sexual para crianças - Fafá Conta com acessibilidade em LIBRAS (9:08), 2020. DISPONÍVEL EM: <<https://www.youtube.com/watch?v=MekZv4XOkk0>>

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Cartilha #Namoro legal.** 2019. Disponível em: <<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/NamoroLegal.pdf>>

ROCHA, R.; ROTH, O. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** São Paulo: Editora Salamandra, 2014

VIZA, B.; SARTORI, M. C.; ZANELLO, V. (org.). **Maria da Penha vai à escola:** educar para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília : TJDF, 2017. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/centro-judiciario-mulher/documentos-e-links/e-book-maria-da-penha-vai-a-escola>>

Referências

BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Brasília, DF., 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 10 de dez. de 2020.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos; Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes** – Cartilha Educativa. Brasília, s/d. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/cartilha_educativa.pdf>. Acesso em: 30 de jan. de 2021.

CAIRO, Egito. **Relatório da Conferência Internacional sobre população e desenvolvimento.** Cairo, 1994. In Secretaria Especial de Políticas para as mulheres. FROSSARD, H. (org.) Instrumentos internacionais de direito das mulheres. Brasília, 2006. Disponível em: <https://assets-compromissoeatitude-ipc.sfo2.digitaloceanspaces.com/2012/08/SPM_instrumentosinternacionaisdireitosdasmulheres.pdf>. Acesso em: 23 de fev. de 2021.

CANAL GNT. **Teaser Combate à Violência Contra Mulher** (GNT, Globo e ONU Mulheres) (0:50), 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kPU4m48p0NU&feature=emb_logo>. Acesso em: ago. 2020.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Mapa da violência contra a mulher 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/MapadaViolenciaatualizado200219.pdf>>. Acesso em: 30 de jan. de 2021.

COSTA, L. R. D. **Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Denuncie**. Ajude-nos a Mudar Esta Página. Campanha de combate ao abuso sexual infanto juvenil. MPMT e Assembléia Legislativa: Cuiabá. 2009. Disponível em: <https://issuu.com/mpdemt/docs/abuso_sexual_contra_a_violencia_e_a>. Acesso em: 30 de jan. de 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Violência Sexual Infantil, os dados estão aqui, para quem quiser ver - **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. Brasil, 2022. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/14-anuario-2022-violencia-sexual-infantil-os-dados-estao-aqui-para-quem-quiser-ver.pdf>>. Acesso em: 8 de nov. de 2022.

FREITAS, J. C. C.; MORAIS, A. O. Cultura do estupro: considerações sobre violência sexual, feminismo e Análise do Comportamento. **Acta Comportamental**, v. 1, n. 27, p.109-126, mar. 2019.

GALLI, B.; ROCHA, H. Direitos Sexuais e Reprodutivos, autonomia reprodutiva, política e (des)respeito ao princípio de laicidade. **Relatoria do Direito Humano à Saúde Sexual e Reprodutiva da Plataforma de Direitos Humanos** - Dhesca Brasil. Jul. 2014.

LYRA, J.; DANTAS, B. M. As tramas de uma complexa rede: atores e atrizes da política de direitos reprodutivos no Brasil. **Revista de Estudos Feministas**, vol. 27, ed. 1. Florianópolis: 2019.

MAIA, A. C. B. **Conceito amplo de sexualidade no processo de educação sexual**. Psicopedagogia OnLine, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/125065>>.

MAIA, A. C. B. ; RIBEIRO, P. R. M. **Educação Sexual: Princípios para a ação**. Revista Brasileira de Psicologia e Educação, vol. 15, n. 1, p. 75-84, 2011.

NETFLIX. **Inacreditável** (série). 2019

OMS, Organização Mundial da Saúde. **Saúde Sexual, Direitos Humanos e Lei** [e-book]. Tradução realizada por projeto interinstitucional entre Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Paraná, coordenadores do projeto: Daniel Canavese de Oliveira e Maurício Polidoro - Porto Alegre: UFRGS, 2020.

PEQUIM. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. Pequim: 1995. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf>. Acesso em: 10 de dez. de 2020.

PINHEIRO, R. C. S.; OSHIRO, C. K. B. **Variáveis de gênero que terapeutas devem estar atentas no atendimento à mulheres**. In: PINHEIRO, R.; MIZAEL, T. (Org.). Debates sobre Feminismo e Análise do Comportamento. Fortaleza: Imagine Publicações, 2019. Cap. 9. p. 220-243.

SPAZIANI, R. B.; BORTOLOZZI MAIA, A. C. Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância: concepções de professoras. **Rev. Psicopedagogia**, V. 32, N. 97, p. 61-71, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862015000100007>

UNHR, United Nations Human Rights. **Vienna Declaration and Programme of Action**. 25 de jun. de 1993. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/Vienna.aspx>>. Acesso em: 13 de maio de 2021.

UNIC/RIO, Centro de informação das Nações Unidas no Brasil. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: jan. 2009.

UNIC/RIO, Centro de informação das Nações Unidas no Brasil. **Carta das Nações Unidas**. Rio de Janeiro: s/d. Disponível em: <<https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf>>. Acesso em: 05 de jan. de 2023.

VAGLIATI, A. C.; GAGLIOTTO, G. M. Formação de Professores e Educação Sexual: o conhecimento psicanalítico na prevenção e identificação da violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes na escola. **Revista Teias**, v. 15, p. 168-177, 2014.

VIZA, B.; SARTORI, M. C.; ZANELLO, V. (org.). **Maria da Penha vai à escola**: educar para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília : TJDF, 2017. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/centro-judiciario-mulher/documentos-e-links/e-book-maria-da-penha-vai-a-escola>>. Acesso em: 30 de jan. de 2021.

WAISELFISZ, J. J. Org. **Violência Letal Contra As Crianças E Adolescentes Do Brasil**. BRASIL: FLACSO, 2015.

WAISELFISZ, J. J. Org. **Mapa da Violência 2012 Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil**. BRASIL: FLACSO, 2012. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/mapa-da-violencia-2012-atualizacao>>. Acesso em: 8 de nov. de 2022.

Capítulo 6

Diversidade da Sexualidade

A educação sexual emancipatória também possui como premissa trabalhar com a diversidade da sexualidade, visando diminuir as violências, garantindo o respeito e a educação cidadã. A relação entre a sexualidade e a escola, como já discutida nos capítulos anteriores, ocupou, durante muito tempo, o local de repressão e o controle dos corpos dos sujeitos e, conseqüentemente, da sexualidade. A forma como a educação sexual ocorre também varia de acordo com o tempo histórico e com o contexto que envolvem a escola, como apresentado por Altmann (2013, p. 73)

Estratégias pedagógicas foram criadas de modo a administrar a sexualidade e a vida social. Assim, as intervenções sobre a sexualidade na escola passaram por diferentes focos de atenção, como o onanismo, as DSTs, a aids, a chamada gravidez na adolescência e agora o respeito à diversidade sexual.

O debate sobre a diversidade na sexualidade, com início pela temática do fim da homofobia, foi incluído como campanha de políticas públicas após 2004, como a “Brasil sem homofobia” (ALTMANN, 2013, p. 75). A partir daí, o debate sobre o tema passou a ser incluído na escola, visando contemplar a diversidade sexual que está posta na sociedade, apesar de ainda encontrar resistência por parte de grupos conservadores e religiosos, que distorcem o que seria a discussão e ações sobre o assunto (ALTMANN, 2013).

Para trabalhar com essa temática na escola, faz-se necessário uma breve explicação sobre alguns conceitos-chave que permeiam o tema, para possibilitar o avanço da discussão e, dentro desta conceituação, há preceitos de gênero e diferenciação entre gênero e sexo biológico. Os debates sobre gênero tiveram início a partir de estudos feministas, que buscavam diferenciar os aspectos histórico-culturais e de desigualdade entre os sexos (REIS, 2018). Dessa forma, constituiu-se a diferenciação entre o sexo biológico e o gênero, considerando que o primeiro abrange características biológicas, como a genitália, os cromossomos, os hormônios, etc. (REIS, 2018, p. 17); enquanto que o segundo é formado a partir de uma construção histórica, social e cultural, sendo que as pessoas são “produtos da realidade social e não somente decorrência da anatomia de seus corpos” (GÊNERO, 2009 apud REIS, 2018). Portanto, a identificação com determinado gênero independe do sexo biológico.

Vale ressaltar que, socialmente, há uma imposição cisnormativa para que as duas categorias já descritas “correspondam” ao gênero identificado, no momento do nascimento de uma criança, sempre com base na sua genitália (exemplo: nasceu com pênis, portanto, é designado como homem), o que é conhecido como *designação sexual*, porém, vale lembrar que, não é real a correlação entre estes fatores (HANITSZCH; SANT’ANA, 2020). A *designação sexual* também perpassa outros pontos importantes para além da genitália, como o pré-estabelecimento de comportamentos a serem seguidos, as normas sociais e as vestimentas “apropriadas” a um determinado gênero, o que também ocorre devido à sociedade repressora e sexista, como trabalhado no capítulo 2.

Outro conceito importante é a *expressão de gênero*, que pode ser definida como o modo que “a pessoa se expõe ao mundo, como se expressa e se apresenta” (HANITZSCH, SANT’ANA, 2020, p. 88), englobando desde a vestimenta, forma de falar, de se comportar, cortes de cabelo, entre outras, assim como o próprio gênero pode não corresponder ao sexo biológico da pessoa (REIS, 2018).

Outro ponto central que favorece o diálogo sobre a diversidade é a *identidade de gênero*, que pode ser definida como

[...] as nomeações e identificações que damos a nós baseadas nas performances de gênero que fazemos. Mais especificamente, é a percepção particular e subjetiva de cada indivíduo sobre seu próprio gênero. Pode ou não corresponder ao gênero/sexo designado no nascimento e não necessariamente segue uma lógica binária - ser mulher ou homem (REIS, 2018; COELHO, 2018, apud HANITZSCH; SANT’ANA, 2020, p. 89).

Vale ressaltar também que, a *identidade de gênero* é atribuída pela própria pessoa, de acordo com seus sentimentos, sua percepção e a forma de se identificar. Atualmente, as identidades de gênero mais recorrentes são:

Cis ⇒ Pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer

Trans ⇒ Pessoas que transitam entre os gêneros, cuja identidade de gênero transcende as

definições convencionais de sexualidade, que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer.

Travesti ⇒ Pessoas que se identificam com o gênero feminino, sendo uma construção oposta ao sexo biológico, seguido de uma construção física de caráter

permanente, presente na vida social, familiar, cultural e interpessoal, através dessa identidade (REIS, 2018, p. 31)

Agênero ⇒ Pessoas que não se identificam com nenhum dos gêneros

Gênero Fluido ⇒ Pessoas que se identificam tanto com o masculino quanto com o feminino, variando entre os dois.

Não-binária ⇒ Pessoas que não seguem o sistema binário (homem/mulher) de identificação

Fonte: Reis (2018); Caderno Globo 12 (2017); Guia da Diversidade LGBT (RIO DE JANEIRO, 2019)

Vale ressaltar que, além dessas identidades aqui explicadas, também há outra, a identidade *queer*, a qual não se restringe a uma identidade de gênero ou orientação sexual, mas sim como uma forma de identificação que ultrapassa esse sistema de categorias e padrões.

Queer ⇒ Pessoas que não se utilizam de padrões e categorias heteronormativos para se definirem.

Fonte: Reis (2018)

Por fim, outro conceito base para os trabalhos com a diversidade da sexualidade é o de orientação sexual. A *orientação sexual* refere-se à "inclinação involuntária de cada pessoa em sentir atração sexual, afetiva, emocional por indivíduos do mesmo gênero, de gênero diferente ou de mais de um gênero" (CADERNO, 2017, p. 112), podendo-se acrescentar o fato de não sentir atração sexual por nenhum gênero. A partir das explicações anteriores, algumas das orientações sexuais existentes são:

Heterossexual ⇒ Pessoas que sentem atração sexual pelo gênero oposto

Homossexual ⇒ Pessoas que sentem atração sexual pelo mesmo gênero

Bissexual ⇒ Pessoas que sentem atração sexual por dois gêneros

Pansexual ⇒ Pessoas que sentem atração por todas as identidades de gênero

Assexual ⇒ Pessoas que não sentem atração sexual

Demissexual ⇒ Pessoas que sentem atração sexual apenas com quem têm ligação afetiva prévia

Fonte: Reis (2018) e Grupo de Trabalho de Gênero, Sexualidade, Diversidade e Direitos e SBMFC (2020).

É importante fazer um adendo em relação à orientação afetiva, pois esta pode ser entendida como distinta da sexual, sendo denominada *orientação romântica*:

Atualmente, a orientação romântica tem sido utilizada para melhor abarcar as diversidades, diferindo da orientação sexual, uma vez que trata-se da afetividade, das emoções e dos sentimentos que pode ou não ser direcionado a outra pessoa. Dessa forma, mesmo a pessoa sendo assexual, ou seja, sem atração sexual por outra pessoa, ela pode sentir atração afetivo/emocional.

Fonte: adaptado de Hanitzsch e Sant'Ana (2020)

Compreender a diversidade sexual, por meio dos conceitos trabalhados na ciência e na literatura, é um caminho importante para desmistificar construções equivocadas sobre o que é cada uma dessas identidades. Apesar de didaticamente separadas na vida, as formas de ser e de apresentar-se ao mundo acontecem em um ser uno, compondo um mesmo corpo e mesmo sujeito, o que não significa dizer que são conceitos dependentes, mas que se relacionam. As ações para trazer esses conhecimentos para o ambiente escolar é vital para o melhor entendimento da realidade das pessoas e da comunidade LGBTQIAP+.

Cada sujeito que compõe o universo escolar traz concepções, valores e conhecimentos sobre a sexualidade, difundidos em seu ciclo social e familiar e aprendidos através da educação sexual informal. Dentro de uma sociedade heteronormativa e cisnormativa, a compreensão hegemônica de que a sexualidade “natural” caminha junto da heterossexualidade e da cisgeneridade é uma falácia propagada entre os agentes escolares. Em consonância com a sociedade, a escola, direta ou indiretamente, acaba disseminando a ideia de que é “anormal” tudo o que foge a cisheterossexualidade e, assim, tende a não dar outro caminho se não o de exclusão, silêncio e desvalorização de vivências sexuais diversas (LOURO, 1998; PAGLIUSO, 2016).

A LGBTQIAP+fobia, presente na sociedade em geral, aparece também na escola em formato de repressão, de negação e de silenciamento das identidades diversas. O reflexo da estrutura social cisheteronormativa na instituição escolar pode ser percebido nas atitudes adotadas no cotidiano, como a falta de intervenções em educação sexual formal na escola, as violências contra crianças e adolescentes que não são cisheterossexuais, a omissão diante das agressões e a tentativa de enquadramento destes sujeitos à norma hegemônica, dentre outras tantas questões. As opressões que ocorrem diariamente na escola contra essas crianças e adolescentes LGBTQIAP+ aparecem disfarçadas de piadas, gestos, perseguições e “normas da escola”. Na verdade, são expressões de violência moral, violência psicológica e física que, infelizmente, ocorrem em um espaço de cuidado, o que resulta em questionamento sobre a real compreensão escolar sobre estes conceitos (MORAES; JUNIOR; LUCKOW, 2019).

A atuação majoritária das escolas em normatizar os corpos, exigindo dos alunos que correspondam ao padrão da cisheterossexualidade, interfere na constituição das subjetividades dos estudantes. A educação voltada à cisgeneridade e à heterossexualidade compulsória não significa um êxito na constituição de sujeitos dentro da norma, mas sim uma violência sobre os corpos e diversas sexualidades, deixando marcas psíquicas e físicas (MORAES; JUNIOR; LUCKOW, 2019). A adequação a uma normatização imposta não é uma ajuda e a lógica por trás de tanta violência é a de busca pelo apagamento e pela marginalização da realidade de crianças e de adolescentes lésbicas, gays, transgênero, travestis, queer, intersexo, assexuais, pansexuais, dentre outras identidades (LOURO, 1998; ANDRADE, 2012).

Ao analisar especificamente a realidade da população travesti e transexual no ambiente escolar, verifica-se as inúmeras violências sofridas, pois a transfobia, que nem sempre é tão explícita, nega os direitos básicos desta população. Os relatos presentes na literatura e nos movimentos sociais travestis e transgênero (ANDRADE, 2012; ABGLT, 2016) são de violências como o não uso do nome social por parte da comunidade escolar, restrição de acesso ao banheiro, o não reconhecimento de existências travestis, a punição a expressões culturais travestis e transgênero e impedimentos para a participação em celebrações escolares, como a formatura. A escola e as pessoas que a compõem, majoritariamente, não garantem espaços de apoio, de respeito e de inclusão para as sujeitas, as sujeitas e os sujeitos que se identificam com a letra “T” da sigla, pelo contrário, são agentes de negação, de marginalização e de patologização destas pessoas e destes corpos (ANDRADE, 2012; ABGLT, 2016).

Segundo a Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil, realizada pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), 73% dos estudantes entrevistados relatam terem sofrido agressão verbal por conta

da orientação sexual e 68% por conta da sua identidade/expressão de gênero, o que se reflete em relatos de insegurança por conta da orientação sexual em 60% dos alunos e 43% por conta da identidade/expressão de gênero (ABGLT, 2016). Ainda segundo a associação, os impactos dessa realidade aparecem nos níveis de depressão entre jovens LGBTQIAP+, na alta taxa de evasão escolar e na maior probabilidade de faltar às aulas. Na sociedade, a expressão da opressão às pessoas LGBTQIAP+ aparece nos altos índices brasileiros de notificação de violência física e psicológica contra essa população, ocorrência de mortes violentas e assassinatos (GGB, 2021; ANTRA, 2021; PINTO et. al, 2020).

Os elevados índices de evasão escolar entre a população LGBTQIAP+, principalmente entre transsexuais, transgêneros e travestis, é fruto da exclusão social que, cada vez mais, coloca estes sujeitos à margem, negando seu acesso e permanência na educação, bem como sua integração à sociedade. Porém, estas sujeitas, estes sujeitos e estes sujeitos resistem, criando estratégias para manterem seus direitos, por vezes, acompanhadas de suas famílias e instituições (ANDRADE, 2012; MORAES; JUNIOR; LUCKOW, 2019; PAGLIUSO, 2016).

A atuação em educação sexual com viés emancipatório deve ser sempre defensora da dignidade humana e legitimadora da diversidade de identidade de gênero e orientação sexual. Este livro busca trazer este olhar atento, cuidadoso e respeitoso sustentando a proposta de inclusão na educação para manter a diversidade como prática pedagógica. A instituição escolar é o local apropriado para gestar cidadãos e pode ser espaço real e ponto de partida para uma sociedade que, efetivamente, compreenda e respeite as diferenças e a liberdade humana. A abordagem de assuntos de gênero e diversidade sexual ao ambiente escolar como um todo é de extrema importância para oferecer as ferramentas para que os agentes escolares possam combater a violência contra LGBTQIAP+s e, conseqüentemente, diminuïrem a violência escolar contra este grupo, gerando uma sociedade mais respeitosa com a diversidade.

Para isso, também é preciso entender o conceito de diversidade na sexualidade e o motivo para utilizá-lo ao falar sobre a educação. Segundo Nardi e Quartiero (2012, p. 62 apud ALTMANN, 2013, p. 76)

esta expressão vem se afirmando como opção ao termo diferente ou diverso, e é utilizada no sentido da multiplicidade e da singularidade, buscando assim mostrar que todos e todas fazemos parte da diversidade de expressões de gênero e sexualidade, a qual é constituinte do humano.

Corroborando com esses autores, Pagliuso (2016) também apresenta a importância de considerar a diversidade não como um problema a ser resolvido, mas sim como possibilidade para uma escola plural, explorando as probabilidades de aprendizado com princípios éticos e

cidadãos. A diversidade da sexualidade também não se restringe às pessoas que fogem da norma cisheteronormativa apenas. Através desse conceito, as pessoas cis e heterossexuais também estão inclusas na diversidade (ALTMANN, 2013).

Ao trabalhar com esse tema na escola, ou seja, com o educar para a diversidade, a escola exerce um papel democrático, trazendo a perspectiva emancipatória, rompendo com comportamentos desrespeitosos, com os estereótipos e com a violência de gênero e em relação à orientação sexual, contribuindo, dessa forma, para a mudança estrutural da sociedade (ALTMANN, 2013; PAGLIUSO, 2016).

A formação de professores, de gestores e de funcionários para que compreendam a diversidade da sexualidade é importante para a construção de uma cultura de respeito e de diversidade na escola e na sociedade. Assim, é possível orientar e formar uma equipe escolar que, ativamente, respeite a diversidade e, efetivamente, preze pelo bem estar das pessoas que se identificam LGBTQIAP+, sejam alunos, professores, funcionários ou familiares. Tais atitudes colaboram para a diminuição de índices de evasão escolar, depressão e violência contra pessoas LGBTQIAP+, assim como, socialmente, entram em conformidade com as ações no combate às violências, fortalecendo os movimentos de diversidade sexual.

Capacitados, os agentes escolares conhecedores destes assuntos podem trabalhar os conteúdos em sala de aula, na configuração da educação formal junto às crianças, aos adolescentes e aos seus pares, aos professores, aos gestores e aos funcionários. O quadro a seguir, mostra um exemplo de planejamento de encontro, e, na sequência, cada proposta de conteúdo é discutida de forma breve para justificar cada abordagem do tema, juntamente com a explicação das dinâmicas.

Conteúdo	Atividades	Materiais	Tempo (min)
1) Discussão “por que existe tanta violência?” e “como enfrentá-la?”	Diálogo reflexivo: discussão sobre o porquê existe tanta violência, apresentando os conceitos de intolerância e preconceito como responsáveis por isso; além de sugerir como intervir nessas situações para modificá-las, apresentando os conceitos de respeito e diversidade.	Apresentação em PowerPoint	15 min
2) Educar na e para a diversidade	Exposição dialogada: apresentação do que significa a educação na e para a diversidade e porque ela é importante.	Apresentação em PowerPoint	10 min
3) Diversidade na escola	Exposição dialogada: apresentação sobre como trabalhar a diversidade na escola sob a vertente da educação sexual emancipatória e aliada a causas LGBTQIAP+.	Apresentação em PowerPoint	20 min

4) Dinâmica	Dinâmica: “Biscoito da Diversidade Sexual”	Apresentação em PowerPoint; Biscoito da sexualidade (Figura 1)	20 min
5) Conceituação teórica de Diversidade sexual	Exposição dialogada: apresentação, após a dinâmica, de cada termo em específico, explicando-os teoricamente e tirando eventuais dúvidas sobre eles.	Apresentação em PowerPoint	35 min
6) Crianças trans	Exposição dialogada: apresentação da temática de crianças trans, explicando teoricamente sobre as situações de repressão, quais ações afirmativas podem ser feitas e a importância do papel da escola para isso	Apresentação em PowerPoint	30 min
7) “Como trabalhar a temática de diversidade sexual na escola?”	Exposição dialogada: apresentação de materiais e indicações para que sejam trabalhados os temas de diversidade da sexualidade na escola.	Apresentação em PowerPoint	10 min
8) Avaliação do encontro	Diálogo interrogativo: perguntas sobre a avaliação do encontro e sugestões de melhorias.	Apresentação em PowerPoint	10 min

Fonte: elaborado pelas autoras

Conteúdo 1: Discussão sobre “porque existe tanta violência” e “como enfrentá-la”

A temática sobre a diversidade da sexualidade, apesar de nos remeter a liberdade e dignidade humana, também nos relembra a quebra desses direitos básicos, fato que, infelizmente, ainda ocorre no Brasil e no mundo. Iniciar o encontro, refletindo o porquê as violências existem; o porquê o ser humano tem atitudes violentas e explicitando exemplos de situações violentas, auxilia o mediador do encontro a compreender a perspectiva dos participantes a partir de conhecimentos que eles já tem e a poder introduzir a temática da população LGBTQIAP+ como uma das que sofre diversas formas de violência, não só na sociedade em geral, mas na escola também.

A discussão sobre conceitos de intolerância e preconceito objetiva ajudar na compreensão das raízes de atitudes violentas, sempre trabalhando no sentido de compreendê-las, porém, não legitimá-las. É relevante pontuar que a violência é uma atitude intencional, aprendida socialmente e que visa dano e lesão a um outro sujeito ou grupo, podendo ser compreendida como o desejo de destruição do outro (SERTORI; VALLI, 2020). Trabalhar os conceitos de respeito e diversidade busca trazer, aos participantes, um caminho possível para se tomar frente à pluralidade da sexualidade humana e às suas expressões. Um diálogo reflexivo

com o grupo é sugerido para esse conteúdo, porém, também é possível utilizar-se de materiais midiáticos e dinâmicas.

Conteúdo 2: Educar na e para diversidade

Como conceito chave para o trabalho com a temática da sexualidade, a educação para a diversidade busca conceber uma sociedade que entenda a pluralidade da vida humana. No caso da proposta aqui apresentada, pensa-se na diversidade da sexualidade, mas também são os diversos corpos, cores de pele/raças, interesses, ou seja, todas as formas possíveis de ser e constituir-se humano. A importância de se transmitir e debater essa perspectiva mostra-se na possibilidade, então, de formar sujeitos que entendam que as diferenças existem e que são parte da sociedade em que vivemos, sendo algo mais do que esperado e desejado.

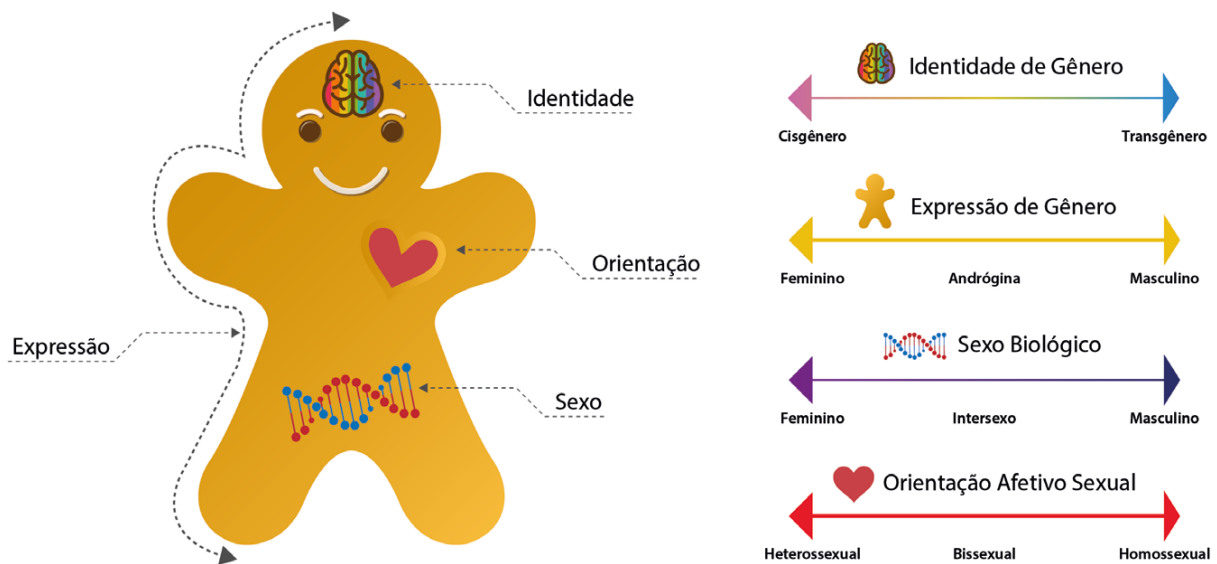
Conteúdo 3: Diversidade na escola

Muito se pensa sobre de que ponto partir, quem vai falar ou por qual temática começar a abordar o assunto de diversidade sexual na escola. É relevante sempre salientar a importância de uma vertente emancipatória da educação sexual, seja ela formal ou informal. Além desse ponto, deve-se explicitar que todos professores, gestores e funcionários podem ser agentes de transmissão de tais conteúdos, mesmo que não se identificando como LGBTQIAP+, mas sempre em respeito ao protagonismo desses sujeitos e buscando-os como referências para tratar o tema.

Conteúdo 4: Dinâmica “Biscoito da diversidade sexual”

Para iniciar o assunto sobre diversidade sexual e alguns dos conceitos que podem surgir quando se trabalha esse tema, a dinâmica do biscoito da diversidade sexual busca servir para que o mediador do encontro identifique quais conteúdos os participantes já conhecem e partir dessa compreensão deles para aprofundar mais a temática.

Figura 1 - Biscoito da diversidade sexual



Fonte imagem: Guia da Diversidade LGBT (RIO DE JANEIRO, 2019)

A dinâmica se dá da seguinte forma: o mediador deve apresentar a imagem do biscoito da diversidade sexual (figura 1) sem as indicações do que cada parte da figura representa desse tema. Em seguida, é apresentado um conceito de cada vez, sendo eles: identidade de gênero, orientação sexual, sexo biológico e expressão de gênero. A cada conceito apresentado, é solicitado, aos participantes, que os relacionem a uma parte do corpo do biscoito. Cada conceito se liga a somente uma parte do corpo.

O “gabarito” da atividade é passado após todos os conceitos terem sido apresentados e os palpites de todos já terem se finalizado. A discussão final traz a compreensão de que esses conceitos são independentes, apesar de se relacionarem com mais de uma parte do corpo, sendo o biscoito da diversidade um artifício didático, mas que não exprime exatamente a realidade da vivência humana. O corpo todo, assim como suas formas de expressão, sentimentos e emoções, diz respeito à sexualidade e esta deve ser tratada, nessa dinâmica, como conceito guarda-chuva para todos os outros. Os conceitos são melhores trabalhados no próximo tópico do encontro.

Conteúdo 5: Conceituação teórica de Diversidade Sexual

Apesar de, às vezes, ser vista em revistas, televisão, internet ou até mesmo nas relações interpessoais, dar informações científicas, de bases teóricas confiáveis, sobre a diversidade sexual é importante para que muitos mitos sobre ela sejam quebrados. Nesse sentido, trazer os conceitos encontrados, quando se trata de diversidade da sexualidade, é significativo. Alguns destes já foram trabalhados neste capítulo, como gênero, sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual, além da sigla LGBTQIAP+. Porém, caso se julgue necessário, também é

possível incluir outras conceituações, assim como vídeos e imagens que possam auxiliar na absorção da temática.

Conteúdo 6: Crianças trans

Pensando na situação de crianças que *transitam* entre as possibilidades de constituição de seu gênero, ou mesmo se consideram crianças trans, é importante se atentar às especificidades desses casos. Devemos lembrar sempre que a criança tem uma percepção sobre si mesma e seu corpo, sendo essencial o adulto respeitá-la. Trazer as situações de opressão que podem acontecer na escola é um passo importante para refletir sobre essas atitudes e buscar extingui-las, podendo, assim, conduzir a comunidade escolar a ações afirmativas e de inclusão dessas crianças, em detrimento de sua exclusão e sofrimento.

Conteúdo 7: “Como trabalhar a temática de diversidade sexual na escola?”

Para orientar os professores, funcionários e gestores participantes de uma formação em educação sexual a como trabalhar a diversidade sexual em ambiente escolar, é importante lhes apresentar materiais didáticos, dinâmicas, filmes, dentre outros caminhos para que possam introduzir o assunto ou, até mesmo, usá-lo como base de reflexão e fixação da temática. Nesse momento do encontro, devem-se trazer, então, filmes que tratem da temática LGBTQIAP+, das relações familiares envolvidas, da escola; livros que falem sobre diversas composições de família para diferentes idades, assim como as várias formas de se amar existentes. Dinâmicas podem contribuir para que se trabalhe o assunto de forma descontraída, ainda que educativa.

Conteúdo 8: Avaliação do encontro

Questionar os participantes sobre como a discussão colaborou com a formação; se o formato do encontro foi adequado; o que acharam dos materiais trazidos e das dinâmicas, é importante para que se avalie se a temática trazida pôde ser absorvida por eles. Além disso, tais questionamentos auxiliam em ajustes na didática e nos conteúdos, caso esse encontro seja replicado ou realizado com outra turma futuramente.

Material de apoio

BORTOLOZZI, A.C.; PASTANA, M. Educação Sexual na vida e nas escolas. In: BORTOLOZZI, A.B. (Org). **Educação Sexual com e para adolescentes: aspectos teóricos e práticos**. Araraquara, SP: Padu Aragon, 2020, p. 11 - 30.

BRASIL. Ministério da Saúde; Ministério da Educação. Diversidades sexuais. **Saúde e prevenção nas escolas:** adolescentes e jovens para a educação de pares. Brasília - DF, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde; Ministério da Educação. **Gêneros. Saúde e prevenção nas escolas:** adolescentes e jovens para a educação de pares. Brasília - DF, 2010.

CALDEIRA, L. B. Girl: a transexualidade na adolescência. In: BORTOLOZZI, A. C., CARVALHO, L. R. S. **Leituras sobre sexualidade em Filmes** - vol. 1. Pedro & João: São Carlos, 2019, p. 71-82

CARRASCO, W. **Meus dois pais**. Moderna: São Paulo, 2017.

DIAS, B. L.; GRACIANI, R. D. Transamérica: reflexões sobre transgeneridade. In: BORTOLOZZI, A. C., CARVALHO, L. R. S. **Leituras sobre sexualidade em Filmes** - vol. 1. Pedro & João: São Carlos, 2019, p. 31-44

HANITZSCH, L. C.; SANT'ANA, M. F. Sexualidade e Gênero. In: BORTOLOZZI, A. C. **Educação sexual com e para adolescentes:** Aspectos teóricos e práticos. Padu Aragon Editor: Araraquara, 2020, p. 86-99.

HOFFMAN, M.; ASQUITH, R. **O grande e maravilhoso livro das famílias**. SM Edições: São Paulo, 2011.

HollySiz. **HollySiz - The Light** (Clip oficial). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Cf79KXBCIDg>>. Acesso em: 30 de nov. 2020

LEITE, M. **Olívia tem dois papais**. Companhia das Letrinhas: São Paulo, 2010.

MAXEINER, A.; KUHL, A. **É tudo família!**. L&MP Editores: São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, C. C.; REIS, H. S.; PRATA, I. D. M. Minha vida em cor-de-rosa: reflexões sobre transgenitalidade na infância. In: BORTOLOZZI, A. C.; BOSCO, M.; CARVALHO, L. R. S. **Leituras sobre sexualidade em Filmes** - vol. 5: Feminilidades, Masculinidades e Transgeneridades. Pedro & João: São Carlos, 2020, p. 99-114.

PREFEITURA DE SÃO PAULO, Secretaria de educação. **Cá entre nós: guia de educação integral em sexualidade entre jovens**. 2012. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unesco/ca_entre_nos_unesco_2012.pdf>

ROSSETI, C. **Cores**. Café com chocolate design: Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<https://www.carolrossetti.com.br/cores>>

TEDx Talks. **Why the “born this way” argument doesn't advance LGBT equality** | Dr. Lisa Diamond | TEDxSaltLakeCity. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RjX-KBPm4g4>>. Acesso em: 30 de nov. 2020.

UNICEF. **Convivendo com as diferenças** - Guia da criança cidadã. Editora Ática: São Paulo, 2003.

Referências

ABGLT. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.

ALTMANN, H. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. **Sexualidad, Salud y Sociedad** - Revista Latinoamericana. n.13, p.69-82, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sess/a/psXJs4Jh86t9JRjbr6QPtdj/?lang=pt#>>. Acesso em: 26 de julho de 2021.

ANTRA. **Dossiê dos Assassinatos e da violência contra pessoas Trans em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

ANDRADE, L. N. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa. Tese (doutorado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

CADERNO, Globo 12. **Corpo**: artigo indefinido. São Paulo: Globo Comunicação e Participantes S.A., 2017. Disponível em: <http://estatico.redeglobo.globo.com/2017/06/13/Edicao_completa.pdf>. Acesso em: 27 de outubro de 2020

GRUPO DE TRABALHO DE GÊNERO, SEXUALIDADE, DIVERSIDADE E DIREITOS; SBMFC. **Mitos e Verdades sobre Saúde da População LGBTIA+**: Cartilha 1 da Coleção Saúde LGBTIA+. SBMFC: 2020. Disponível em: <https://www.sbmfc.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Cartilha-LGBTIA.pdf>. Acesso em 04 de agosto de 2021.

HANITZSCH, L. C.; SANT'ANA, M. F. Sexualidade e Gênero. In: BORTOLOZZI, A. C. **Educação sexual com e para adolescentes**: Aspectos teóricos e práticos. Padu Aragon Editor: Araraquara, 2020, p. 86-99.

LOURO, G. L.. Sexualidade: lições da escola. In MEYER, D. E. E. (Org.). **Cadernos de Educação Básica**: Saúde e sexualidade na escola, v. 4, p. 85 - 96. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

MORAES, D. S.; JUNIOR, L. A. S. S. LUCKOW, H. I. As trajetórias escolares de alunos LGBT. In: **Anais Eletrônicos do XIV Congresso Nacional de Educação - EDUCERE**, p. 5372 - 5387, Curitiba, Paraná: 2019. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2019/28296_14354.pdf>. Acesso em: 22 de jun. de 2021.

PAGLIUSO, M. P. F. Racismo, Homofobia e Inclusão educacional - Apresentação. In.: **Psicologia e educação: desafios da inclusão** - Cadernos temáticos 19. CRP: SP, 2016, p. 08-09.

PINTO, I. V.; ANDRADE, S. S. A.; RODRIGUES, L. L.; SANTOS, M. A. S.; MARINHO, M. M. A.; BENÍCIO, L. A.; CORREIA, R. S. B.; POLIDORO, M.; CANAVESE, D.. Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, supl. 1, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/YV7VvNY5WYLwx4636Hq9Z5r/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 22 de jul. de 2021.

REIS, T., org. **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018. Disponível em: <<https://www.grupodignidade.org.br/wpcontent/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>>. Acesso em: 30 de julho de 2020.

RIO DE JANEIRO. **Guia da Diversidade LGBT**. Rio de Janeiro: 2019. Disponível em: <<http://www.multirio.rj.gov.br/media/ceds/index.php?pag=apresentacao>>. Acesso em: 28 de jul. de 2021.

Capítulo 7

Casos de Ensino

O presente capítulo apresentará casos elaborados para a discussão em grupo, com o objetivo de auxiliar na fixação dos conteúdos trazidos ao decorrer da formação. A apresentação do conteúdo teórico é de extrema importância, porém é necessário apresentar atividades e oportunizar situações em que o grupo possa discutir e aproximar a teoria do que pode ser visto em prática (TABILE; JACOMETO, 2017).

Para isto, é necessário o preparo de atividades que coloquem em pauta discussões teóricas que sejam apropriadamente relacionadas a contextos práticos. Tais atividades podem promover a aprendizagem, uma vez que proporcionam a reflexão sobre que atitudes tomar frente a determinadas situações, dando ferramentas e “treino” para que possam agir sobre situações na prática (ANDRADE; MASSABNI, 2011).

Para que os objetivos citados sejam alcançados, há alguns casos que foram apresentados de acordo com os conteúdos vistos nos capítulos anteriores. Os casos fictícios escolhidos foram elaborados por Schultz e Bortolozzi (2021), porém com algumas poucas alterações, para se adequar à proposta do atual material. Dessa forma, foram escolhidos três assuntos principais para serem trabalhados, sendo utilizados três casos que os abordassem, assim como as perguntas norteadoras que possibilitam as discussões. Aqui apresentamos algumas, porém vale ressaltar que conforme o perfil do grupo, talvez sejam necessárias algumas adaptações, como, por exemplo, maior quantidade de perguntas de acordo com a participação.

Além disso, para a preparação deste encontro, mesmo utilizando outros casos, é importante que se estabeleça os objetivos de cada caso, ou seja, o que gostaria de trabalhar e discutir com cada situação apresentada, levando em consideração que será necessário o mediador do conteúdo passar algumas orientações e pontos principais para a discussão. Portanto, ao final de cada caso proposto, a ideia é estipular um tempo/período para a discussão do caso de maneira livre, ou seja, sem a interferência das orientações previamente estabelecidas, para após esse momento, passar para as orientações e pontos que foram elencados previamente para fomentar as práticas dos docentes.

Esse formato se justifica para que a produção do conhecimento seja realizada de maneira coletiva, com discussões e ideias que valorizem as experiências pessoais e interpretações de cada um sobre a situação, porém, ao mesmo tempo, contribuir para que a atitude seja de acordo com uma educação sexual emancipatória. Ao apresentar as orientações

somente após a discussão também contribuí para que não haja influência destas sobre a fala de cada participante, sendo também uma forma de verificar a apreensão dos conteúdos trabalhados ao longo do curso. Abaixo serão apresentados os casos e em seguida de cada um, discussão e orientações sobre o tema central levantado.

Proposta de caso 1:

Juliana é uma aluna de 16 anos que está cursando o segundo ano do ensino médio. No mês de abril, você recebe um comunicado da direção de que a adolescente está grávida. Você percebe que, quando a notícia se espalha entre os alunos da sala, eles começam a fazer piadas sobre Juliana e especulações sobre quem é o pai da criança. Muitos alunos também fazem comentários, dizendo que a adolescente foi “burra por não saber se proteger”. As notas de Juliana diminuem e ela passa a não participar das aulas como antes, sua interação com os colegas passa a ser mínima.

Pergunta disparadora da discussão: Como você, enquanto coordenador(a) do ensino médio, pode intervir para que a aprendizagem da adolescente não seja prejudicada e ela se mantenha na escola?

Fonte: adaptado de Schultz e Bortolozzi (2021, p. 145)

Esse caso tem como ponto principal a discussão sobre gravidez na adolescência, trazendo para a realidade da escola os dados levantados e encontrados através da literatura, como apresentado no capítulo 4. Nesse caso, os pontos elencados para orientação são as seguintes:

- Lembrar que a gravidez não faz parte, exclusivamente, do universo feminino;
- A adolescente grávida sofre discriminação tanto por parte dos colegas, quanto por parte dos docentes e funcionários;
- A maioria das adolescentes grávidas deixa a escola. Alguns dos motivos que podem estar relacionados são as formas de tratamento inflexíveis pelas quais são tratadas e/ou as próprias necessidades físicas pessoais (enjôos, idas ao banheiro, amamentação, etc)
- Incentivar a empatia por parte da comunidade escolar;

- Flexibilizar as aulas e atividades de acordo com as necessidades da adolescente grávida (por exemplo, o pré-natal) e de seu parceiro, caso ele seja adolescente e aluno também;
- Ações de acolhimento às adolescentes mães ou grávidas para garantia do direito à educação;
- Respeitar a decisão da jovem.

Fonte: elaborado pelas autoras com base em Silva (2016); Brasil (2010); e Prefeitura de São Paulo (2012).

Proposta de caso 2:

A escola de ensino infantil “Maria do Carmo” (nome fictício) disponibiliza alguns objetos para as crianças utilizarem no horário do intervalo, tais como bolas, lápis de cor, etc. Nas últimas duas semanas, os meninos de 5 anos passaram a impedir que as meninas da mesma turma utilizassem qualquer uma das bolas disponíveis, com a justificativa de que as meninas não jogam bola. Em um dia, Renata tentou pegar uma das bolas e, ao tentar, foi empurrada por Bruno e os meninos começaram a chamá-la de Renato.

Pergunta disparadora da discussão: Você é professor(a) nesta escola e Renata, junto de suas amigas, vai até você para contar o que houve assim que aconteceu. O que você faria nessa situação?

Fonte: adaptado de Schultz e Bortolozzi (2021, p. 145)

O segundo caso foi elaborado para a discussão de educação sexista, de brincadeiras generificadas e de papéis de gênero (capítulo 2), assim como a expressão de gênero (capítulo 6). Como orientações acerca do tema, foram elencados os seguintes tópicos:

- Desgenerificar brincadeiras - não haver separação entre brincadeiras “de meninos” ou “de meninas”;
- Problematizar gênero, papéis de gênero e expressões de gênero;
- Romper com a diferenciação de esportes ou atividades físicas;
- Estimular a cooperação e a integração entre crianças, sem dinâmicas e situações de rivalidade entre gêneros;

→ Trabalhar a diversidade, rompendo com lógica cisnormativa;

Fonte: elaborado pelas autoras com base em Felipe e Guizzo (2004).

Proposta de caso 3:

Marta tem 13 anos, está no 8º ano. Ela estuda de manhã, faz parte do time de vôlei da escola, não costuma ficar em recuperação escolar, tem como amiga mais próxima uma colega de classe de 4 anos. Em janeiro, Marta começou a namorar Júlio de 15 anos, que está no 1º ano do Ensino Médio de outro colégio. Quando as aulas começaram, o namorado passou a encontrá-la na saída do colégio. Em maio, a menina passou a faltar nos treinos de vôlei com mais frequência e, em algumas aulas, suas notas começaram a cair. Em junho, ela se desentendeu com uma das amigas, afastando-se do grupo de convívio e amizade. No retorno às aulas, em agosto, Marta chegou usando roupas largas ou grandes demais para seu tamanho e não voltou a conversar com as amigas. Certo dia, em uma aula, a garota saiu da sala chorando muito e sua amiga Ana foi até ela. No dia seguinte, Ana vem até você para conversar e conta que Marta disse que Júlio não deixa que ela ande mais com as amigas e não permite que use as roupas que quer e que ela está obedecendo, pois ele é muito bravo. Ana disse que Marta também contou que Júlio não a deixa fazer mais nada e que controla todas as suas redes sociais.

Pergunta disparadora da discussão: Ana pede que você ajude com a situação.

Fonte: adaptado de Schultz e Bortolozzi (2021, p. 146).

A última proposta de caso foi pensada para abordar a questão de relacionamentos abusivos, uma vez que além de trabalhar a prevenção, a escola também é um local em que essa situação pode acontecer, como apresentado pelo capítulo 5. Dessa forma, os pontos elencados para orientação visam ambos os aspectos desse fenômeno, tanto a prevenção, quanto a ação para casos como este:

→ Necessidade do acolhimento:

◆ Atribuir verdade ao relato, ou seja, acreditar no que a pessoa fala;

- ◆ Proporcionar um espaço seguro para a pessoa, com garantias de confiança, de sigilo e a possibilidade de ajuda e de ação para lidar com o ocorrido.
- Não revisitar constantemente as situações abusivas, tendo cuidado ao falar sobre o assunto;
- Orientar a amiga, abrindo espaço confiável para que ela possa acolher a vítima da situação;
- Escutar e encaminhar, a partir dos dois lados da relação, trabalhando a masculinidade tóxica e a responsabilização do agressor, fazendo, paralelamente, o acolhimento e a atenção à vítima;
- Para a prevenção, manter um diálogo constante com adolescentes:
 - ◆ Encontros, rodas de conversa e dinâmicas;
 - ◆ Problematizar violências disfarçadas de amor;
- Também para a prevenção: apresentar quais são as formas de violências (patrimonial, psicológica, sexual, etc.) e como identificá-las para a ação sobre estas;
- Possíveis encaminhamentos para as vítimas: psicoterapia, proteção legal (em casos graves), denúncia e órgãos que trabalhem com casos de violência.

Fonte: elaborado pelas autoras com base em Freitas e Gonçalves (2020); Ministério Público do Estado de São Paulo (2019); Freitas e Morais (2019); e Pinheiro (2019).

Esse capítulo não visa esgotar os temas possíveis, mas sim apresentar uma forma de tornar a formação mais próxima da realidade do público, possibilitando um diálogo maior sobre os temas, que muitas vezes também são tabus dentro das escolas e da sociedade como um todo. Através de espaços dedicados ao diálogo e discussão, é possível o compartilhamento de experiências dos participantes, contribuindo e agregando as estratégias possíveis de trabalho em Educação Sexual.

Referências

- ANDRADE, M. L. F. de; MASSABNI, V. G. O desenvolvimento de atividades práticas na escola: um desafio para os professores de ciências. **Ciênc. educ.** (Bauru), 17 (4), 2011.
- FELIPE, J.; GUIZZO, B. S. Entre batons, esmaltes e fantasias. In: MEYER, D.; SOARES, R. **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2004, p. 31-40

FREITAS, B. F. M.; GONÇALVES, G. B. Prevenção contra vivências de relacionamentos abusivos. In: BORTOLOZZI, A. C. (org) **Educação sexual com e para adolescentes - aspectos teóricos e práticos**. Padu Aragon Editor: Araraquara, 2020, p. 100-123.

FREITAS, J. C. C.; MORAIS, A. O. Cultura do estupro: considerações sobre violência sexual, feminismo e Análise do Comportamento. **Acta Comportamental**, v. 1, n. 27, p.109-126, mar. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Cartilha #Namoro legal**. 2019. Disponível em: <<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/NamoroLegal.pdf>>

PINHEIRO, R. C. S.; OSHIRO, C. K. B. Variáveis de gênero que terapeutas devem estar atentas no atendimento à mulheres. In: PINHEIRO, R.; MIZAE, T. (Org.). **Debates sobre Feminismo e Análise do Comportamento**. Fortaleza: Imagine Publicações, 2019. Cap. 9, p. 220-243.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria de educação. **Cá entre nós: guia de educação integral em sexualidade entre jovens**. 2012. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unesco/ca_entre_nos_unesco_2012.pdf>

SCHULTZ, C.; BORTOLOZZI, A. C. Educação sexual com professores de cursinho: uma experiência de formação continuada. In: BORTOLOZZI, A. C.; CARVALHO, L. R. S. (Org.). **Práticas em Educação Sexual no Contexto de Pandemia**. Araraquara: Padu Aragon, 2021. Cap. 9, p. 134-147.

SILVA, D. R. Q.. Exclusão de adolescentes grávidas em escolas do sul do Brasil: uma análise sobre a educação sexual e suas implicações. **Revista de Estudos Sociais**, n. 57, p. 78-88, 2016.

TABILE, A. F.; JACOMETO, M. C. D. Fatores influenciadores no processo de aprendizagem: um estudo de caso. **Rev. psicopedag.**, São Paulo , v. 34, n. 103, p. 75-86, 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862017000100008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 jul. 2021.

Capítulo 8

Sociedade e Mídia

Observando o constante desenvolvimento e o aperfeiçoamento de tecnologias aplicadas à difusão de informação, pode-se dizer que a presença da mídia na vida das pessoas é quase que irrestrita, servindo de instrumento para a construção de valores e de ideias (CARVALHO, 2010). Tal influência, no que concerne à sexualidade, verifica-se a partir da propagação de um tipo específico de padrão - heterossexual, cisgênero, magro, atlético, branco – que, recorrentemente, é associado à felicidade infinita e à perfeição. Este processo acaba criando um caminho para o entendimento de um modelo de relação e de comportamento tomado como único possível. Veicula-se, na maioria das vezes, apenas um estilo de ser e de viver, uma realidade e, por consequência, somente uma imagem e uma concepção de sexualidade, que surge ritualizada e codificada, como se fosse uma “síntese” daquilo que se deve buscar (CARVALHO, 2010).

Essa padronização, uma vez constituída, é difundida pelos sujeitos em função da necessidade de serem parte do todo, da regra, do considerado normal e correto, já que tudo o que foge a qualquer padrão social costuma ser desprezado, marginalizado e discriminado. Devido a isso, a normatização da sexualidade impacta os mais diferentes contextos, como a família, a escola, o trabalho e as políticas públicas, produzindo, fundamentalmente, dois efeitos: o descarte do outro e do seu corpo, e a frustração de quem não cumpre o padrão, esquecendo-se que a vida, ao contrário do que se vê, se lê e se escuta na mídia, é complexa, multifacetada e, principalmente, imperfeita (CARVALHO, 2010).

Desse modo, em um cenário ainda bastante autoritário, excludente e violento, é preciso lembrar da potência que a mídia tem para transformar e construir sentidos, dialogando com os sentidos tradicionais através da crítica, de forma a reestruturá-los, reconfigurá-los (CARVALHO, 2010). O padrão de beleza pode ser entendido como um conjunto de características físicas que são apresentadas socialmente como modelos a serem seguidos, ditando o ideal de beleza. Este padrão está associado a diversos fatores e se altera de acordo com o período histórico, a localidade e a sociedade (BARROS; SPARAPAN, 2020).

Historicamente, o padrão de beleza está associado à classe social dominante que dita a regra do que é belo. Convém ressaltar que foi no período entre as guerras mundiais que a importância do corpo e a forma como é apresentado ao mundo ganhou força. A partir deste momento, a aparência passou a ser valorizada e, com o invento da fotografia, a ampliação da

divulgação e da reprodução de imagens, cresceu a cobrança de determinados padrões de beleza, principalmente para as mulheres (BARROS; SPARAPAN, 2020).

Para o sistema socioeconômico capitalista, um modelo estético perfeito é utilizado como forma de incentivo ao consumo de produtos, a procura por exercícios físicos, por dietas, por cirurgias, por fórmulas que prometem o emagrecimento, entre outros. Para isso, a sociedade contemporânea utiliza-se da dualidade “corpo saudável x corpo doente”, sendo considerada “saudável” quem se encaixa nos padrões estabelecidos, desconsiderando uma série de fatores importantes que interferem na saúde das pessoas: aspectos históricos, subjetivos, afetivos, etc. (BARROS; SPARAPAN, 2020).

A mídia e as redes sociais estão inseridas neste sistema de consumo ao propagarem os ideais de beleza, influenciando na construção da identidade de cada indivíduo, criando patamares inatingíveis de perfeição, que trazem sofrimento, tristeza, baixa autoestima e hábito de comparação entre as pessoas. Os corpos propagados nestes meios não representam corpos reais, e a imposição do belo é camuflada pelo discurso da saúde (BARROS; SPARAPAN, 2020).

Para combater estas ideias enraizadas na sociedade atual, é necessário que sejam apresentados maior diversidade de corpos (cor, formato, gênero, órgãos sexuais, etc.) para haver a desconstrução da ideia de que só existe uma forma de beleza. Para atingir este objetivo, Barros e Sparapan (2020) apontam para a necessidade de mudança: romper com o padrão estético; contribuir para a sociedade mais inclusiva e diversa; transformar a realidade preconceituosa da sociedade; contribuir para a autoestima das pessoas em desenvolvimento; e contribuir com uma nova dinâmica social, através da luta ativa contra o patriarcado e o pensamento colonial.

A hipersexualização pode ser definida como o fenômeno de atribuir caráter sexual a um comportamento, a uma pessoa ou a um produto que não o seja, ou atribuir às pessoas uma excessiva relação a temas e/ou condutas sexuais (BOUCHARD; BOUCHARD; BOILY, 2005).

Esta prática está intrinsecamente relacionada às mídias, uma vez que são elas que perpetuam as ideias que circulam, e, desta forma, existem diversos grupos sociais hipersexualizados, como as mulheres (principalmente as mulheres negras), os homens negros, as crianças e os adolescentes.

De acordo com Souza (2017), a cultura do estupro é “o conjunto de violências simbólicas que viabilizam a legitimação, a tolerância e o estímulo à violação sexual” (SOUZA, 2017, p.13). Para a autora, esta cultura tem como base a ideia de que o homem detém o poder sexual e que tem o direito de executar este poder como quiser, essa lógica gera a revitimização

da mulher que a coloca no papel de culpada por não seguir as regras que os homens (vistos como os detentores do poder) estabelecem: as vestimentas e as maquiagens que devem usar, os comportamentos que devem ter fora e dentro de casa, entre outros.

Um dos conteúdos midiáticos que mais transmite a cultura do estupro é a pornografia, que centraliza no homem o papel de poder, através do foco na ejaculação masculina, ao mesmo tempo que traz a autoridade expressa nos personagens (papéis masculinos que retratam profissionais de sucesso e personagens femininas colocadas em profissões de subserviência) (D'ABREU, 2013).

Além disso, a pornografia apresenta altas taxas de violência física e verbal destinadas às mulheres e, em sua grande maioria, os homens são os perpetradores. Para D'Abreu (2013), a veiculação das imagens que apresentam a resistência da mulher às atitudes e avanços dos homens reforça o mito de que esta “se tornará, ao fim, uma expressão de gozo, reafirmando a crença irreal de que a mulher terá prazer ao ser sexualmente agredida” (D'ABREU, 2013, p. 593).

Com isso, entende-se que o consumo de pornografia está intrinsecamente correlacionado às taxas de agressão sexual. D'Abreu (2013) demonstra que os agressores apresentam os maiores índices de consumo de pornografia e que, quanto maior o consumo desse material, maior a severidade da agressão cometida.

A masculinidade tóxica é um termo utilizado para caracterizar um “conjunto de normas, crenças e comportamentos associados à masculinidade, que são prejudiciais para mulheres, homens, crianças e sociedade de forma mais ampla” (SCULOS, 2017 apud CABRERA, BEZERRA, 2020, P. 3).

Dutra e Orellana (2020) apontam que este conjunto de normas está atrelado ao “ser racional, bem-sucedido, controlador de emoções, que está longe dos atributos femininos” (p.146), além dos aspectos considerados masculinos como a coragem, a agressividade, o domínio, a habilidade com tecnologia, a aventura, entre outras características.

É fundamental que a escola promova discussões a respeito dos temas retratados neste capítulo, como padrões de beleza, hiperssexualização, cultura do estupro, masculinidade tóxica, entre outros, porque questões como estas são elaboradas e reforçadas socialmente, o que faz com que a desconstrução seja um processo que deve ser iniciado na escola, considerando o impacto direto que têm na autoestima e no desenvolvimento saudável de crianças e de adolescentes, os quais, assim como os adultos, também consomem conteúdos midiáticos que reproduzem os temas elencados, tais como redes sociais, músicas, jogos eletrônicos, filmes e séries. Ademais, não se pode esquecer que a escola tem o papel de

promover a socialização do sujeito, de forma a prepará-lo para viver, com autonomia, consciência e respeito, em uma sociedade diversa, como debatido no capítulo 6. Pensando nisso, é importante analisar criticamente as mídias mais consumidas e, antes de utilizar algum material, escolher o que usar, como usar e saber o porquê de usar.

Além de analisar os recursos midiáticos disponíveis, antes de usá-los, para que a intervenção seja bem sucedida, é preciso planejá-la. Nesse sentido, segue abaixo um exemplo de como um encontro, que envolve a temática em questão, pode ser feito, com as justificativas para as escolhas dos assuntos e das formas de abordá-los.

Conteúdo	Atividades	Materiais	Tempo (min)
1) Influência da mídia na constituição da sexualidade	Exposição dialogada (apresentação da relação entre a mídia e a sexualidade)	Apresentação em PowerPoint	15 min
2) Padrões de Beleza	Apresentação de vídeo sobre a mídia e os padrões de beleza + Exposição dialogada (apresentação da conceituação teórica de padrões de beleza, como são mantidos, o que representam e de onde vieram)	Apresentação em PowerPoint + apresentação do vídeo <i>Gordofobia e Padrão de Beleza (2018)</i>	15 min
3) Representatividade e diversidade	Apresentação de vídeo sobre a importância da representatividade na mídia + Exposição dialogada (apresentação da importância da representatividade e da diversidade com exibição, nos slides, de imagens sobre diversidades de corpos)	Apresentação em PowerPoint + apresentação do vídeos <i>Representatividade é: ver nossas iguais na tela (2020)</i> e <i>O que você mudaria no seu corpo? (2015)</i>	15 min
4) Mídia, sociedade e sexualidade (Hiperssexualização, cultura do estupro, masculinidade tóxica)	Exposição dialogada (apresentação da conceituação teórica de hiperssexualização, com exemplos)	Apresentação em PowerPoint	15 min
	Exposição dialogada (apresentação da conceituação teórica do que é a cultura do estupro, com exemplos; e sua interface com a pornografia)	Apresentação em PowerPoint	15 min
	Apresentação de vídeo sobre o que é a masculinidade tóxica + Exposição dialogada (apresentação da conceituação teórica de masculinidade tóxica)	Apresentação de PowerPoint + Apresentação do vídeo <i>O que é masculinidade tóxica (2019)</i>	15 min

5) Papel da escola frente a isso	Exposição dialogada (apresentação da importância de se trabalhar esses assuntos na escola e de tal instituição como instrumento capaz de modificar esses padrões)	Apresentação em PowerPoint	10 min
6) Indicações	Exposição dialogada (apresentação de materiais que os participantes podem utilizar para trabalhar os temas e/ou se aprofundar nas discussões)	Apresentação em PowerPonit	10 min
7) Avaliação do encontro	Diálogo interrogativo (perguntas sobre a avaliação do encontro e sugestões de melhorias)	Apresentação em PowerPoint	10 min

Fonte: elaborado pelas autoras

Conteúdo 1: Influência da mídia na constituição da sexualidade

No primeiro tópico, orienta-se o mediador do encontro para que prepare uma exposição dialogada com o grupo acerca das relações entre a mídia e a sexualidade. Uma possibilidade é trazer a história da mídia, através dos anos, e os impactos percebidos pela sociedade no âmbito da sexualidade. O objetivo deste tópico é destacar a relação entre estes dois componentes e sensibilizar o grupo das influências sofridas e advindas da mídia também relacionadas com a sexualidade.

Conteúdo 2: Padrões de Beleza

O segundo ponto do encontro tem por objetivo discutir o que são os padrões de beleza e como se constituem na nossa sociedade. Para trabalhar o tema sugere-se a apresentação do vídeo *Gordofobia e Padrão de Beleza | Mini Saia | Saia Justa (2018)* para analisar como a sociedade apresenta um padrão a ser seguido. Neste momento, o mediador pode interagir com o grupo e fazer perguntas como: “Vocês já tinham ouvido falar sobre padrão de beleza?”, “Já perceberam filmes, séries, novelas, frases ou cenas que reafirmam este padrão?”. Em seguida, pode-se realizar a exposição da conceituação teórica do termo, como surgiu e como é mantido, atualmente.

Conteúdo 3: Representatividade e diversidade

Neste tópico sugere-se que o vídeo *O que você mudaria no seu corpo? (2015)* seja apresentado como forma de sensibilização do tema, trazendo a reflexão de como o padrão de beleza é um constructo social, já que as crianças têm ideias diferentes do que seria um “corpo perfeito”. Em seguida, indica-se mostrar o vídeo *Representatividade é: ver nossas iguais na tela (2020)*, além de apresentar uma exposição dialogada acerca do que é representatividade e

diversidade, a importância que possuem quando estão presentes nos meios midiáticos. Para isso, o mediador pode apresentar imagens e ilustrações sobre a diversidade de corpos e demonstrar para o grupo como seria importante que a propagação deste material.

Conteúdo 4: Mídia, sociedade e sexualidade (Hiperssexualização, cultura do estupro, masculinidade tóxica)

Este conteúdo tem como objetivo discutir alguns aspectos mantidos atualmente em grande parte pela mídia. Para isso, o tópico foi subdividido em três subtópicos: hiperssexualização, cultura do estupro e masculinidade tóxica. Indica-se que seja realizada uma exposição dialogada sobre cada um destes pontos, apresentando suas definições e seus impactos para a nossa sociedade. É possível fazer uso de vídeos para auxiliar nesta explicação, como o vídeo *O que é masculinidade tóxica* (2019).

Conteúdo 5: Papel da escola frente a isso

Por fim, discutir com o grupo acerca do papel da escola diante de todas as questões que foram apresentadas. O objetivo é discutir e ressaltar a importância que a escola pode ter ao trabalhar estes assuntos e que pode atuar como instrumento de combate às violências e de modificação dos padrões estabelecidos e mantidos pelas mídias.

Conteúdo 6: Indicações

Para incrementar o respaldo apontado acima, sugere-se apresentar ao grupo materiais didáticos, literaturas e produções cinematográficas que possam ser usados para inaugurar a discussão sobre o conteúdo, fixá-lo ou refletir sobre ele de forma descontraída e divertida, facilitando a permanência da atenção de todos.

Conteúdo 7: Avaliação do encontro

Perguntar aos participantes acerca do próprio debate (no que diz respeito ao conteúdo e às referências) e sobre a forma como foi conduzido (considerando sua estrutura e a mediação feita para sua apresentação). Estes questionamentos são relevantes, pois identifica se o encontro foi compreendido e se colaborou para a formação profissional dos envolvidos, além de saber se pode corroborar para a realização de adequações necessárias na ocasião de sua replicação.

Materiais de apoio

BARONI, B. E.; URA, C. S. G. Do nude ao ato: a influência das mídias digitais na sexualidade adolescente na série Euphoria. In: BORTOLOZZI, A. C.; COSTA, T. G.; CARVALHO, L. R. S. **Leituras sobre sexualidade em Filmes** - vol. 4: corporeidades e padrões sociais. Pedro & João: São Carlos, 2020, p. 109-134.

CANAL GNT. **Mídia e representatividade**: esporte, filmes, literatura - Canal das Bee no GNT - Orgulho LGBTQI+ (12min14s). 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GYPkQ8m3Qo0>

CANAL PRETO. **Falta REPRESENTATIVIDADE NEGRA na TV!** (6min14s). 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9MhGeefxV7c>

COSTA, T. G.; COIADO, M. R.; GAIOTTO, D. M. Dumplin: reflexões sobre os padrões de beleza, sexualidade e corpo gordo na adolescência. In: CARVALHO, L. R. S.; BORTOLOZZI, A. C. **Leituras sobre sexualidade em Filmes** - vol. 2. Pedro & João: São Carlos, 2019, p. 153-170.

DRAUZIO VARELLA. **Embranquecimento e falta de representatividade na mídia** - Paula Kim - Cabine #08 (2min47s). 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j7ZDgFxFxLIml>

GAIOTTO, D. M.; MARDIRESSION, L. M.; NAGAI, P. H. G. Representações do corpo gordo e sexualidade: análise comparativa dos filmes o amor é cego e megarrromântico. In: BORTOLOZZI, A. C.; COSTA, T. G.; CARVALHO, L. R. S. **Leituras sobre sexualidade em Filmes** - vol. 4: corporeidades e padrões sociais. Pedro & João: São Carlos, 2020, p. 179-197.

IASI, P.; NEGRA, G. D. Superbad - reflexões sobre padrões de masculinidade: um ideal em questão. In: BORTOLOZZI, A. C.; BOSCO, M.; CARVALHO, L. R. S. **Leituras sobre sexualidade em Filmes** - vol. 5: Feminilidades, Masculinidades e Transgeneridades. Pedro & João: São Carlos, 2020, p. 71-82.

INSTITUTO CLARO. **7 perguntas sobre masculinidade tóxica** (9min42s). 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MfZo45USXz4>

ITAÚ CULTURAL. **Representatividade – Todos os Gêneros** (2017) (4min23s). 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iDk7IBtRw0Q>

MÍDIA NINJA. **Bernardo Boechat - Gordofobia na mídia, vamos sair do senso comum** (11MIN23S). 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bdFtnPNE8bo>

RENZI, F. E. G.; FONSCCECA, K. Z. Easy rider: discussões sobre liberdade sexual In: BORTOLOZZI, A. C.; BOSCO, M.; CARVALHO, L. R. S. **Leituras sobre sexualidade em Filmes** - vol. 5: Feminilidades, Masculinidades e Transgeneridades. Pedro & João: São Carlos, 2020, p. 57-70.

RODRIGUES, C. O.; SILVÉRIO, G. G. Moonlight, sob a luz do luar: discussões sobre masculinidade. In: BORTOLOZZI, A. C., CARVALHO, L. R. S. **Leituras sobre sexualidade em Filmes** - vol. 1. Pedro & João: São Carlos, 2019, p. 13-30.

ROSA, S. **O menino Nito**. Pallas: Rio de Janeiro, 2008.

SCHULTZ, C. PAULINO, L. A representação feminina em jogos e músicas. In: BORTOLOZZI, A. C. **Educação sexual com e para adolescentes** - aspectos teóricos e

práticos. Padu Argon Editor: Araraquara, 2020, p. 144-154.

TEDX TALKS. **A mulata que nunca chegou** | Nátaly Neri | TEDxSaoPauloSalon (11min39s). 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=02TBfKeBbRw>

TEDX TALKS. **Por que parei de ver pornografia** | Ran Gavrieli | TEDxJaffa (15min57s). 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gRJ_QfP2mhU&t=401s

TEMPERO DRAG. **Masculinidade tóxica** (8min49s). 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E-q00TiNKcQ>

TEMPERO DRAG. **Rita em 5 minutos: padrão de beleza**. (4min53s) 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fnq9oIefeSQ>

TV UFMG. **Representação das pessoas com deficiência na mídia** (3min08s). 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mGK1GAoTXvQ>

Referências

BARROS, C. F.; SPARAPAN, J. A. Padrões estéticos e a representação feminina na mídia. In.: BORTOLOZZI, A. C. **Educação sexual com e para adolescentes** - aspectos teóricos e práticos. Padu Argon Editor: Araraquara, 2020, p. 135-143.

BOUCHARD, P; BOUCHARD, N. & BOILY, I. **La sexualisation précoce des filles**. Montréal, Sisyphé. 2005.

CABRERA, I. N.; BEZERRA, J. S. O discurso da masculinidade tóxica na narrativa publicitária. **Revista Iniciacom**, vol. 9, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/iniciacom/article/view/3267/pdf> Acesso: 07/11/2022.

CARVALHO, P. R. . Mídia e sexualidade. **Athenea digital: revista de pensamento e investigación social**, n. 17, p. 217-225, 2010

D'ABREU, Lylla Cysne Frota. Pornografia, desigualdade de gênero e agressão sexual contra mulheres. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 592-601, 2013

DUTRA, F. A.; ORELLANA, C. Selfies no Tinder: masculinidades hegemônicas como performance. **Chasqui - Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 135, 2020, p. 143-158. Disponível em <<https://www.redalyc.org/journal/160/16057381010/movil/>> Acesso: 07/11/2022.

Capítulo 9

Retomada, Procedimentos Metodológicos e Avaliações

Ao longo dos capítulos foram apresentados alguns temas-chave para o trabalho em educação sexual, não sendo, porém, a intenção deste livro esgotar os conteúdos e as possibilidades dentro da gama de assuntos que envolvem a sexualidade. O trabalho aqui descrito foi baseado em um programa elaborado através de experiências de estágio com formação de professoras/es e de pedagogas/os em educação sexual, sendo proposta uma estrutura para os encontros, sempre com a preocupação de estimular a participação e o vínculo grupal, a fim de proporcionar maior facilidade em se trabalhar com esses temas.

Muitas vezes, a sexualidade é considerada tabu ou ainda desperta dúvidas e questionamentos, então, trabalhando a vinculação entre os participantes e a construção de um ambiente saudável, seguro e respeitoso, é possível que estes se manifestem sem o medo do julgamento ou do constrangimento. Entretanto, apesar de ainda existirem resistências em se falar sobre sexualidade, as novas gerações de professoras e professores têm discutido mais amplamente o assunto na escola, não só por entenderem a profissão, mas também por serem os responsáveis por acompanhar o desenvolvimento integral e não somente pedagógico dos educandos e das educandas, além de acessarem conhecimentos das vidas pessoais dos jovens, a fim de ajudarem na construção de suas identidades, oferecendo o cuidado da sua saúde sexual e reprodutiva. Além disso, alguns profissionais já têm tomado consciência de que para além da forma como escolhem conduzir os processos de ensino-aprendizagem, as suas identidades e seus corpos também influem na maneira como a relação interpessoal educador-educando se constrói, sendo necessário não negá-las, mas usá-las enquanto potencialidades da relação pedagógica.

Com o maior e mais fácil acesso à informação, através de redes sociais e internet em geral, a temática da(s) sexualidade(s) tem sido mais presente em novas gerações de educandos(as), na busca por entendimento sobre seu corpo, seus sentimentos e formação identitária. Dessa forma, cabe ressaltar a importância de que na escola a sexualidade também seja abordada pela equipe escolar de forma respeitosa e emancipatória, para que não seja apenas uma demanda velada ou sob repressão, o que contribui ainda mais para a sensações de tabu, erro ou dúvidas, como anteriormente explicado.

Vale ressaltar a importância do manejo nos grupos e encontros para que as discussões sejam voltadas à instrumentalização profissional. Apesar de haver a possibilidade do

compartilhamento de experiências pessoais dos participantes para ilustrar alguns temas ou por conta de identificação (fato positivo que demonstra familiaridade com o grupo), sendo necessário recobrar o objetivo central da formação com professoras/es, cujo foco seja a prática profissional, buscando não abordar nos encontros as experiências e os compartilhamentos pessoais de vivências.

Além de tudo o que já foi relatado, é importante que os conteúdos sempre sejam passados de forma a contribuir para o fim de tabus, de estigmas e de preconceitos, desprovidos de valores pessoais, religiosos ou morais, e com base na literatura científica e nos estudos sobre o tema. Esta recomendação também é o princípio para a educação sexual emancipatória com adolescentes e crianças, como visto no capítulo 2, o que reforça a importância na formação dos professores e dos educadores sexuais para seguir tais premissas e para que tal forma de tratar a temática mantenha-se em suas práticas profissionais.

Em intervenções que lidam com temas tão complexos, é essencial que os mediadores sejam acolhedores e que não façam julgamentos. Dispostos a compreender mais sobre a sexualidade e como falar sobre o assunto, na escola, os participantes ficam vulneráveis ao trazerem dúvidas que nunca conseguiram perguntar em outro lugar, receios profissionais quanto a esse trabalho nas escolas e atravessamentos pessoais frente às temáticas em sexualidade. Os assuntos são delicados, portanto, é de suma importância que quem realize tal formação tenha paciência e empatia, buscando acolher de forma genuína as questões e os apontamentos, respondendo, trocando conhecimentos ou até mesmo dizendo “isso eu não sei responder, mas podemos tentar entender juntos(as/es)”.

Além disso, a avaliação ao final de cada encontro por parte dos participantes é recomendado para que se possa perceber como as temáticas foram recebidas e compreendidas por eles, além de poder entender a própria atuação enquanto mediador(a) nas intervenções didáticas, nas maneiras de abordar os temas ou até mesmo nas escolhas de materiais, buscando sempre renovar e melhorar a prática e a comunicação. Essa estratégia também auxilia na compreensão do sentido que os encontros têm para a prática, de acordo com a realidade de cada escola, uma vez que cada instituição, turma ou sala possui especificidades e características que precisam ser consideradas no planejamento de intervenções. Também é importante, abrir espaço para ouvir os participantes sobre o que já sabem sobre sexualidade humana, o que desconhecem e ainda o que gostariam de aprofundar sobre a temática. Toda a formação e todos os encontros são diferentes porque são humanos, dinâmicos e representam uma base de afetos, então a proposta de intervenção explicitada neste trabalho não pretende que se fale sobre

sexualidade como aula expositiva, ao contrário, como um encontro focado na troca e na construção coletiva.

O papel da escola vai além do educacional, é um espaço de trocas e de socialização, sendo a possibilidade de apresentar temas que são, muitas vezes, ignorados em outras esferas. Dessa forma, a atuação ética e política de formação dos educandos para a cidadania, enquanto sujeitos de ação social, perpassa a amplitude do tema da sexualidade e de suas representações, contribuindo para que a sociedade respeite a diversidade, o corpo, a identidade e a expressão dos sujeitos. Este trabalho tem o objetivo de preparar os educadores para formarem crianças e adolescentes, e, para isso, é imprescindível que estes estejam sempre em atualização e instrumentalizados para, assim, proporcionar o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos.

Por fim, o tema sexualidade é amplo, perpassando as vidas das pessoas, desde o início até o final da existência, faz parte da história humana, da vida pública e privada. E, através do discurso, é possível construir um espaço seguro e sem tabus para o exercício da sexualidade humana, que é diversa, dinâmica e prazerosa. Nesse sentido, espera-se que este material possa ter enriquecido com conhecimentos e reflexões e que ainda possa colaborar para inúmeras práticas em educação sexual emancipatória, favorecendo um mundo aliado à promoção de saúde sexual e reprodutiva, com mais respeito.

Sobre as autoras

Laura Cunha Hanitzsch

Psicóloga pela Universidade Estadual Paulista - UNESP (Bauru), pós-graduanda em Psicologia e Educação pela Universidade Paulista (UNIP). Psicóloga Servidora Pública da Prefeitura Municipal de Bertioga, lotada na Secretaria Municipal de Educação e atuante no campo da Psicologia Escolar e Educacional. Técnica em Multimídia pela Escola Técnica Estadual Jornalista Roberto Marinho - Centro Paula Souza.

Área de atuação principais: Psicologia Escolar e Educacional, Educação Sexual, Acolhimento e Redução de Danos.

Email: laurahanitzsch@gmail.com

Mariana Favorido Sant'Ana

Psicóloga pela Universidade Estadual Paulista - UNESP (Bauru), com especialização em psicologia hospitalar e clínica pelo Instituto do Coração - InCor - HC FMUSP. Residente de psicologia pelo programa de Residência Multiprofissional em Rede de Atenção Psicossocial da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP.

Área de atuação principais: saúde mental, psicologia da saúde, atenção psicossocial e psicologia hospitalar.

E-mail: mariana.favorido@unesp.br

Marina Renoldi dos Santos

Psicóloga pela Universidade Estadual Paulista - UNESP Bauru, ministrou oficinas psicossociais no CRAS de Votuporanga-SP.

Psicóloga do Trabalho na empresa Facchini/SA - metalúrgica desenvolvedora de implementos rodoviários - Votuporanga-SP.

Áreas de atuação principais: psicologia social, atenção psicossocial e psicologia organizacional, recrutamento e seleção.

E-mail: marina.renoldi@unesp.br

Camilla Schultz

Psicóloga pela Universidade Estadual de São Paulo - UNESP Bauru.

Áreas de atuação principais: psicologia clínica e orientação profissional.

E-mail: camillaschultz.psi@gmail.com

Ana Cláudia Bortolozzi.

Psicóloga. Docente no Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP. Doutora em Educação. Livre docente em Educação Sexual, Inclusão e Desenvolvimento Humano. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Sexualidade, Educação e Cultura (GEPESSEC) e do Laboratório de Ensino e Sexualidade Humana (LASEX).

Áreas de atuação principais: Psicologia do Desenvolvimento Humano. Educação Sexual. Sexualidade e Inclusão.

E-mail: claudia.bortolozzi@unesp.br